

TEXTOS NEPO 22

MIGRAÇÃO EM SÃO PAULO

= 1 =

REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS

Rosana Baeninger

Paulo Borlina Maia

REGIÃO DE GOVERNO DE REGISTRO

Izilda Rodrigues

Carla Andréa Soares

**NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
SETEMBRO, 1992**

Núcleo de Estudos de População - NEPO
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Caixa Postal 6166 - CEP: 13.081
Campinas, SP. - BRASIL

REITOR
Carlos Alberto Vogt

COORDENADOR GERAL DA UNIVERSIDADE
José Martins Filho

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO
Adalberto Buono Maurizio Sacchi Bassi

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
José Dias Sobrinho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA
Armando Turtelli Junior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO
Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
Cesar Francisco Ciacco

COORDENADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO
Elza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

Baeninger, Rosana

Região de Governo de Campinas / Rosana Baeninger e Paulo Borlina Maia. – Campinas, SP: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1992.

(Migração em São Paulo, 1. Textos Nepo, 22)

Publicado com: Região de Governo de Registro/Izilda Rodrigues e Carla Andréa Soares.

1. Migração Interna – Campinas. 2. Urbanização – Campinas. 3. Migração Interna – Registro. 4. Urbanização – Registro. I. Rodrigues, Izilda II. Título III. Série

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Migração Interna 301.32

2. Urbanização 301.32

MIGRAÇÃO EM SÃO PAULO*

= 1 =

REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS

Rosana Baeninger

Paulo Borlina Maia

REGIÃO DE GOVERNO DE REGISTRO

Izilda Rodrigues

Carla Andréa Soares

Esta série resulta de pesquisa sobre movimentos e urbanização no Estado de São Paulo iniciada em 1987 sob o título "Migração no Interior do Estado de São Paulo", realizada por pesquisadores do **NEPO/UNICAMP** e da **DAEP/FSEADE**, segundo Convênio de Cooperação Científico-Tecnológico (008/88) de 26.02.1988, financiada pela FINEP e CNPq. Atualmente, sob o título "Migrações, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar" esta pesquisa tem prosseguimento no NESUR-IE-UNICAMP em colaboração com pesquisadores do NEPO-UNICAMP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, com apoio da FAPESP e CNPq.

TEXTOS NEPO

Responsável: Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi

Apoio Técnico

Setor de Informática: Maria Aparecida Vaz Gama Correia

Setor de Documentação: Lana Mara Fernandes de Menezes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS	7
REGIÃO DE GOVERNO DE REGISTRO	59

APRESENTAÇÃO

Esta série de publicações deriva de pesquisas que se propõem estudar os movimentos migratórios no Estado de São Paulo, referindo-os tanto aos processos mais globais que ocorrem na sociedade brasileira, como àqueles relacionados à dinâmica do Estado.

Através de dados censitários, de outros dados secundários relevantes e de visitas a campo busca-se compreender a dinâmica demográfica enquanto decorrência de processos de inserção da população nas atividades econômicas e das ações de políticas sociais; processos especializados e constituintes de polos regionais e áreas metropolitanas emergentes.

Pretende-se que a metodologia adotada referente as hipóteses das projeções populacionais para o Estado de São Paulo, na medida em que os estudos de situações concretas possam subsidiar as hipóteses sobre as tendências da dinâmica demográfica, e particularmente da migração que constitui a dimensão mais complexa na elaboração dessas projeções.

Assim sendo, a série **Migração em São Paulo** traz ao debate os resultados dos estudos realizados nas diferentes regiões que compõem o Estado de São Paulo, constituindo uma análise regional realizada basicamente a partir de dados censitários - inclusive os primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991 - e estatísticas vitais, buscando traçar a evolução específica de cada área; além disso, tais análises se beneficiam de informações obtidas junto a organismos institucionais locais com o objetivo de completá-las mediante a percepção dos agentes sobre as implicações dos movimentos migratórios no âmbito regional e local. Essa percepção também é considerada sob a ótica dos próprios migrantes, selecionados de acordo com o tempo de residência, a inserção na atividade econômica e o tipo de trajetória realizada a fim de reconstruir o leque de situações e de alternativas que influencia a decisão de migrar.

Esses primeiros resultados constituem, na verdade, uma etapa importante de pesquisa, na medida em que fornecem subsídios para seu prosseguimento; essas análises iniciais estão fundamentando as hipóteses norteadoras de etapas de levantamento domiciliar amostral que se pretende realizar no próximo ano.

REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS

Rosana Baeninger*
Paulo Borlina Maia**



* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP

** Bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq, no período 1989/1990, na DAEP/Fundação SEADE

EQUIPE

Coordenadora

Neide Lopes Patarra

Coordenadora Adjunta

Lúcia M. Bógus

Coordenadora da Região de Governo de Campinas

Rosana Baeninger

Supervisora de Campo

Ana Maria Chiarini

Entrevistadoras

Susi Elias

Elisabete Macedo Cruz

Júnia Santa Rosa

Auxiliar de Pesquisa

Paulo Borlina Maia

RESUMO

Constituindo-se no mais importante polo econômico-populacional do Interior do Estado de São Paulo, a Região de Governo de Campinas registrou nas últimas décadas a entrada de expressivos contingentes populacionais, tanto provenientes de outros estados brasileiros quanto, e principalmente, do próprio Estado de São Paulo. O acompanhamento da evolução de sua população desde os anos 40 até os nossos dias e o levantamento de campo, que permitiu apreender as tendências recentes, possibilitaram verificar a importância dos movimentos migratórios para a área, bem como para a configuração do espaço urbano-metropolitano que hoje a Região apresenta.

ABSTRACT

The Região de Governo de Campinas constitutes the most important economical-population pole of the Interior of São Paulo. It has registered in the last decades the entering of great population contingent, that came from other Brazilian States but mostly from São Paulo State. The close study of the evolution of the population since the '40 until our days permitted us to see the importance of the migrating movements to the region as well as the configuration of the urban metropolitan area that today you can see in the region.

REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS

INTRODUÇÃO	11
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	12
PESQUISA DE CAMPO.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	55
ANEXO.....	57

INTRODUÇÃO

A expansão da cultura do café, nas últimas décadas do século passado no Estado de São Paulo, possibilitou um acentuado desenvolvimento urbano e rural da região. Assistiu-se, assim, a uma ampliação das vias de comunicação necessárias para o transporte do café através da Companhia Mogiana e Companhia Paulista de Estrada de Ferro o que, conseqüentemente, repercutiu no florescimento e na ampliação dos setores de serviços, comércio, educação e saúde (SEMEGHINI, 1988).

Dessa forma, já nos anos 20, a Região de Campinas caracterizava-se como uma das mais importantes áreas do Estado, contando com uma rede urbana bastante estruturada e com uma agricultura diversificada, que atendia boa parte do mercado paulista com matérias-primas e produtos alimentares, além de produtos agrícolas de exportação.

A crise do café, no entanto, abriu espaço para que novas atividades econômicas se fizessem presentes na região. Em linhas gerais, pode-se dizer que a Região passou a se destacar, nos anos 30, com uma cultura bastante importante - o algodão - que propiciou um novo impulso de crescimento à área. Nos anos 50, a cana-de-açúcar passou a desempenhar papel relevante na economia regional. Nesse período, a indústria de transformação caracterizava-se, basicamente, pela indústria de alimentos e têxteis. Já na década de 60, foram implantadas, nessa região, grandes indústrias, tais como: de minerais não-metálicos, de metalurgia e farmacêutica. Nas últimas décadas, observa-se também que a indústria têxtil em Campinas foi ganhando peso com relação à produção do Estado, onde merecem destaque os Municípios de Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste¹.

A partir dos anos 60, e particularmente nos anos 70, a Região de Governo de Campinas passou a se configurar como um dos eixos de expansão industrial do Estado. A desconcentração relativa da atividade industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo propiciou um acelerado crescimento econômico e populacional em direção à Campinas. Aliado a isso, verifica-se também que a unificação do mercado de trabalho, com a subordinação da agricultura à indústria, contribuiu para que novos incrementos governamentais fossem inseridos na região².

Hoje, a Região se destaca tanto por seu diversificado parque industrial quanto por suas atividades agrícolas. Durante os anos 70, a principal característica da agricultura regional foi sua especialização nas culturas exportáveis/industrializáveis, imprimindo um dinamismo econômico crescente à Região. Nos anos 80, apesar da crise econômica, a Região exibiu melhor desempenho que a Região Metropolitana de São Paulo, particularmente em função de sua diversidade agrícola. Além disso, o polo de alta tecnologia de Campinas, com empresas ligados à informática e microeletrônica,

¹ A respeito do desenvolvimento econômico do Município de Campinas e Região, veja-se o rico estudo de Semeghini (1992).

² Veja-se: Fundação SEADE (1988).

tem desempenhado papel importante na produção industrial da Região.

De acordo com o Censo Demográfico de 1991, a Região de Governo de Campinas conta com uma população de quase dois milhões de habitantes, constituindo a maior concentração populacional do Interior de São Paulo.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Evolução da População - 1940/1991

Comparando-se a evolução da população da Região de Governo de Campinas no período 1940/91 em relação a do Estado de São Paulo, observa-se que a participação da Região no total populacional do Estado vem aumentando significativamente. Em 1940, representava 3,7% da população do Estado e, embora sofrendo uma queda em 1950 (3,38%), esta voltou a subir nos anos subsequentes, atingindo 3,77% em 1960, 4,33% em 1970, 5,61% em 1980, e 6,40% em 1991 (Tabela 1).

Através da Tabela 2 pode-se verificar, ao longo dessas décadas, o expressivo crescimento da população da Região, através da taxa de crescimento anual nos períodos de 1940/50, 1950/60, 1960/70, 1970/80 e 1980/91. O período 1940/50, apresentou uma baixa taxa de crescimento total de 1,5% a.a., devido ao esvaziamento da população rural que chegou a registrar uma taxa negativa (0,24% a.a.). Para a década de 50 a taxa de crescimento total triplicou em relação ao período anterior, atingindo 4,59% a.a. Isso se deveu não só ao crescimento rural que passou a ser positivo (0,69% a.a.), mas principalmente ao elevado crescimento urbano que atingiu 6,99% a.a., nessa década. Para o período 1960/70, a taxa de crescimento total sofreu um leve acréscimo em relação à década anterior (4,7% a.a.), permanecendo alta a taxa de crescimento urbano, 6,20% a.a.

No período 70/80 essa tendência se acentuou, apresentando a Região um ritmo de crescimento bastante elevado, registrando uma taxa de crescimento total de 6,21% a.a., sendo 7,28% a.a. a taxa de crescimento urbano e 0,66% a.a. a rural. Vale ressaltar, no entanto, que utiliza-se o critério censitário para a construção desse indicador, por isso é que se verifica essa pequena elevação na taxa de crescimento da população rural.

TABELA 1 - Evolução da população total Estado de São Paulo e Região de Governo de Campinas 1940 a 1991

ANO	ESTADO DE SÃO PAULO	REGIÃO DE GOVERNO	REG/EST (%)
1940	7.180.316	265.765	3,70
1950	9.134.423	309.423	3,38
1960	12.829.806	484.672	3,77
1970	17.771.948	770.497	4,33
1980	25.040.712	1.407.236	5,61
1991	31.191.970	1.996.403	6,40

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Para os anos 80, as hipóteses elaboradas para a Região de Campinas já previam um menor ritmo no crescimento da população; com os resultados censitários de 1991 observou-se que a taxa de crescimento regional foi de 3,23% a.a. no período 1980/91. Apesar de bem mais baixa que a da década anterior, a taxa de crescimento populacional da RG de Campinas foi superior à registrada para o Estado de São Paulo (2,02% a.a.) e para a Região Metropolitana de São Paulo (1,73% a.a.).

TABELA 2 - Taxa de crescimento populacional anual (%) por situação de domicílio Região de Governo de Campinas 1940/1991

PERÍODO	URBANO	RURAL	TOTAL
1940/50	3,26	-0,24	1,53
1950/60	6,99	0,69	4,59
1960/70	6,20	0,53	4,74
1970/80	7,28	0,66	6,21
1980/91	*	*	3,23

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Nota: (*) Informações ainda não divulgadas.

As taxas de crescimento populacional, ao longo do período em estudo, elucidam a realidade do desenvolvimento econômico por que vem passando a Região de Campinas nessas décadas. Desde o período da crise do café, a Região foi capaz de se reestruturar. A substituição do café por outras culturas impediu o esvaziamento populacional nessa região e propiciou o surgimento de significativas atividades industriais (SEMEGHINI, 1988). Na década de 70, com ramos mais modernos e grandes empresas, a indústria se diversificou, atingindo a Região, hoje, um lugar de destaque no Estado devido ao seu parque industrial.

A par desse processo de industrialização, o processo de urbanização na Região foi intenso, particularmente nos anos 70. Pôde-se verificar que dos 18 municípios que compõem a Região de Campinas apenas 2 apresentaram grau de urbanização inferior a 60% em 1980, sendo eles: Artur Nogueira e Monte Mor, que atingiram 43,87% e 49,12%, respectivamente. Quanto aos Municípios de Itapira, Vinhedo e Jaguariúna, estes encontraram-se na faixa de 60 a 80%; os demais municípios apresentaram um grau de urbanização superior a 80%, merecendo destaque Americana, 99,79%, Vinhedo, 97,24% e Sumaré com 94,08% de suas populações residindo em áreas urbanas.

O crescimento populacional verificado nas décadas de 60 e 70 na Região de Governo de Campinas deveu-se fundamentalmente ao componente migratório. Através da evolução da população pode-se examinar a importância da migração na dinâmica populacional dos municípios.

Os dados da Tabela 3 permitem verificar que a Região de Governo de Campinas apresentou um crescimento populacional absoluto bastante significativo no período de 1960/70: 285.823 pessoas. Esse crescimento absoluto foi impulsionado tanto pelo crescimento vegetativo como pelo saldo migratório positivo, fazendo com que o crescimento vegetativo representasse 41,7% do crescimento absoluto e o migratório 58,3%. Ou seja, já nos anos 60, o componente migratório foi mais importante que o vegetativo no crescimento absoluto da Região de Governo de Campinas. Entretanto, verifica-se que a participação desse componente ao nível municipal nem sempre foi o principal responsável pelo crescimento total da população.

Para o período 1970/80, o crescimento absoluto total da população quase que triplica em relação à década anterior (636.739 pessoas). Este crescimento deveu-se, mais uma vez, à participação do componente migratório, que representou 67,71% do crescimento absoluto da população. Dentre os municípios que apresentaram elevada participação do componente migratório no crescimento absoluto da população destacam-se: Sumaré, 89,2%; Santa Bárbara D'Oeste, 83,3%; Nova Odessa, 82,7%; Artur Nogueira, 72,44%; Campinas, 64,3%, além da marcante reversão do Município de Vinhedo em sua tendência migratória, que de um saldo negativo nos anos 60 passou a registrar uma participação de mais de 60% do componente migratório em seu crescimento absoluto populacional (Tabela 4).

**TABELA 3 - Evolução da população da Região por Municípios, segundo os seus componentes
Região de Governo de Campinas 1960/1970**

ÁREA	POP. TOTAL			CRESC. ABSOLUTO		CRESC. RELATIVO		TX.CRESC.	
	1960	1970	TOTAL	VEG. ⁽¹⁾	MIGR. ⁽²⁾	TOTAL	VEGET.	MIGR.	1960/70
RG Campinas	484.674	770.497	285.823	131.006	154.817	58,97	45,83	54,17	4,74
Americana	37.856	66.316	28.460	11.791	16.669	75,17	41,43	58,57	5,77
Artur Nogueira	8.210	10.171	1.961	2.069	-108	23,88	105,51	-5,51	2,16
Campinas	219.303	375.864	156.561	58.367	98.194	71,39	37,28	62,72	5,54
Cosmópolis	8.798	12.110	3.312	2.306	1.006	37,64	69,63	30,37	3,25
Indaiatuba	19.697	30.537	10.840	5.534	5.306	55,03	51,05	48,95	4,48
Itapira	36.357	39.036	2.679	7.178	-4.499	73,25	267,94	-167,94	0,71
Jaguariúna	8.545	10.391	1.846	2.989	-1.143	21,60	161,92	-61,92	1,98
Mogi-Guaçu	24.643	42.710	18.067	7.831	10.236	73,31	43,34	56,66	5,65
Mogi-Mirim	27.783	36.301	8.512	6.400	2.118	30,65	75,19	24,88	2,71
Monte Mor	6.322	7.960	1.638	1.458	180	25,90	89,01	10,99	2,33
Nova Odessa	5.710	8.336	2.626	1.681	945	45,98	64,01	35,99	3,86
Paulínia	-	10.708	-	-	-	-	-	-	-
Pedreira	10.976	15.053	4.077	3.218	859	37,14	78,93	21,07	3,21
Santa Bárb. D'Oeste	22.625	31.018	8.393	5.790	2.603	37,09	68,99	31,01	3,21
Santo Antônio de Posse	5.710	7.799	2.089	2.320	-231	36,58	111,06	-11,06	3,17
Sumaré	10.663	23.074	12.411	2.336	10.075	116,39	18,82	81,18	8,03
Valinhos	18.302	30.775	12.473	5.615	6.858	68,15	45,02	54,98	5,33
Vinhedo	13.174	12.338	-836	3.096	-3.932	-6,34	370,33	-470,33	-0,65

Fonte: Fundação SEADE. Arquivo Demográfico. IBGE, Censo Demográfico de 1960 e 1970.

Nota: (1) Os óbitos e nascimentos anteriores a 1971 referem-se ao local de ocorrência do evento.

(2) Saldo migratório obtido através do Método das Estatísticas Vitais.

Observando-se os saldos migratórios³ registrados para a Região no período 60/70 e 70/80, nota-se que estes foram bastante expressivos. Na década de 60/70 a Região contou com um saldo migratório de cerca de 154 mil pessoas, passando para mais de 430 mil na década seguinte. Nos anos 60, os Municípios de Campinas (com saldo migratório de 98 mil pessoas), Americana (com 16 mil), Mogi-Guaçu (com 10 mil), Sumaré (com 10 mil pessoas) e Paulínia (com 9 mil), foram responsáveis pelos maiores ganhos populacionais da Região, muito embora o Município de Campinas tenha se destacado. Ainda nessa década, os Municípios de Itapira, Vinhedo, Jaguariúna, Santo Antônio da Posse e Artur Nogueira haviam registrado saldos negativos.

³ Saldos migratórios obtidos através do Método das Estatísticas Vitais.

Já na década de 70, apenas Jaguariúna continuou exibindo saldo migratório negativo, porém baixo, 756 pessoas (Tabela 4). Os demais Municípios apresentaram saldos migratórios positivos significativos. Campinas foi o Município com saldo mais elevado, mais de 185 mil pessoas, seguido por Sumaré que aumentou em mais de seis vezes seu saldo migratório, passando para 70 mil pessoas. Vários outros Municípios também registraram acréscimos expressivos em seus saldos migratórios, como Santa Bárbara D'Oeste (que passou de um saldo de quase 3 mil pessoas para 37 mil), além daqueles que passaram de saldos negativos para positivos, tais como: Artur Nogueira, Itapira, Vinhedo e Santo Antônio da Posse.

O crescimento desses municípios correspondeu fundamentalmente à participação do componente migratório, como já destacado. Em nível municipal, no ano de 1980, apenas três municípios dos dezoito existentes na Região, apresentaram menos de 50% de pessoas não naturais do município de residência atual, são eles: Artur Nogueira, Itapira e Mogi Mirim.

TABELA 4 - Evolução da população total da Região por Municípios, segundo os seus componentes Região de Governo de Campinas - 1970/1980

	POP.	TOTAL	CRESC.	ABSOLUTO	CRESC. RELATIVO		TX.CRESC.		
ÁREA	1970	1980	TOTAL	VEG. ⁽¹⁾	MIGR. ⁽²⁾	TOTAL	VEGE.	MIGR.	1960/70
RG Campinas	770.497	1.407.236	636.739	290.559	431.150	82,64	32,29	67,71	6,21
Americana	66.316	122.004	55.688	20.577	35.111	83,97	36,95	63,05	6,29
Artur Nogueira	10.171	15.941	5.770	1.590	4.180	56,73	27,56	72,44	4,60
Campinas	375.864	664.559	288.695	102.948	185.747	76,81	35,66	64,34	5,86
Cosmópolis	12.110	23.232	11.122	3.557	7.565	91,84	31,98	68,02	6,73
Indaiatuba	30.537	56.234	25.700	7.449	18.251	84,16	28,98	71,02	6,30
Itapira	39.036	47.929	8.893	7.343	1.550	22,78	82,57	17,43	2,07
Jaguariúna	10.391	15.210	4.819	5.575	-756	46,38	115,69	-15,69	3,88
Mogi-Guaçu	42.710	73.549	30.839	10.698	20.141	72,21	34,69	65,31	5,59
Mogi-Mirim	36.301	50.634	14.333	7.438	6.895	39,48	51,89	48,11	3,38
Monte Mor	7.960	14.020	6.060	1.979	4.081	76,13	32,66	67,34	5,82
Nova Odessa	8.336	21.893	13.557	2.341	11.216	162,63	17,27	82,73	10,14
Paulínia	10.708	20.755	10.047	3.419	6.628	93,83	34,03	65,97	6,84
Pedreira	15.053	21.383	6.330	3.003	3.327	42,05	47,44	52,56	3,57
S. Bárb. D'Oeste	31.018	76.621	45.603	7.629	37.974	147,02	16,73	83,27	9,46
S. Antônio de Posse	7.799	10.872	3.073	1.800	1.273	39,40	58,57	41,43	3,38
Sumaré	23.074	101.834	78.760	8.541	70.219	341,34	10,84	89,16	16,01
Valinhos	30.775	48.922	18.174	6.298	11.849	59,05	34,65	65,20	4,74
Vinhedo	12.338	21.641	9.303	3.404	5.899	75,40	36,59	63,41	5,78

Fonte: Fundação SEADE. Arquivo Demográfico. IBGE. Censo Demográfico de 1960 e 1970.

Nota: (1) Os óbitos e nascimentos anteriores a 1971 referem-se ao local de ocorrência do evento.

(2) Saldo migratório obtido através do Método das Estatísticas Vitais.

Quanto aos municípios que registraram maiores percentuais de não-naturais, em 1980, em

relação à população total, estes encontram-se próximos ao Município de Campinas, sendo eles: Sumaré, com 81,41%; Nova Odessa, com 76,60% e Paulínia com 70,10%. De fato, a Região de Campinas caracteriza-se como área de migração há várias décadas, embora tenha recebido seu maior contingente de migrantes internos na década de 70. As maiores proporções de migrantes recentes, com menos de 1 ano de residência no município atual (chegados entre 1979 e 80), foram verificadas nos Municípios de Monte Mor, Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste, Paulínia, Vinhedo, Cosmópolis, entre outros, representando mais de 15% dos não-naturais desses municípios, sendo que Campinas apresentou 9,5% de não-naturais residentes há menos de 1 ano, o que indica o dinamismo dos Municípios vizinhos. A maioria dos não-naturais de Campinas residiam no município de 1 a 5 anos (32,1%), portanto que chegaram entre 1975/79 e há mais de 10 anos (42,8%), que migraram antes dos anos 70. Grande parte dos não-naturais dos municípios da Região chegaram entre 1975/80, destacando-se Sumaré (51%), Santa Bárbara D'Oeste (46%) e Nova Odessa (45%).

A maioria dessas pessoas não-naturais dos municípios da Região, em 1980, vieram de áreas urbanas e se destinaram às zonas urbanas desses municípios (Tabela 5). Esse fluxo foi predominante nos Municípios de Sumaré e Paulínia onde o movimento urbano-urbano representou respectivamente mais de 60% dos fluxos, e nos Municípios de Campinas, Mogi-Mirim, Nova Odessa, Cosmópolis, Americana e Indaiatuba, onde esse fluxo foi responsável por mais da metade do movimento total. O fluxo rural-urbano foi bastante expressivo para os Municípios de Pedreira, Valinhos, Mogi-Guaçu, Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Itapira e Santo Antônio da Posse. Na verdade, esses dois tipos de fluxos - urbano/urbano e rural/urbano - responderam por quase 90% do movimento dos não-naturais na maioria dos municípios. Nos municípios com atividades econômicas predominantemente agrícolas, no entanto, esses dois tipos de fluxo não foram tão expressivos, destacando-se o fluxo rural-rural, nos Municípios de Artur Nogueira, Itapira, Jaguariúna, Monte Mor, Santo Antônio da Posse e Valinhos.

Com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 já é possível apreender como foi a dinâmica populacional na Região nos anos 80. Seguindo a tendência nacional e estadual, a Região de Governo de Campinas também apresentou uma diminuição em seu ritmo de crescimento. Mesmo assim, foi uma das áreas com taxas mais elevadas.

Os dados da Tabela 6 permitem verificar que a Região de Governo de Campinas apresentou um crescimento populacional absoluto no período de 1980 a 1991 de 589.167 pessoas. Até onde se pode avançar a análise sobre os dados disponíveis do Censo da 1991, ou seja, os dados sobre a população total e a taxa média de crescimento populacional anual, verifica-se que houve uma diminuição no ritmo de crescimento para a maioria dos municípios da RG.

Dos 18 municípios que pertencem a Região de Governo de Campinas, 16 apresentaram

diminuição no seu ritmo de crescimento anual, comparando-se com os dados da década de 1970/80. Artur Nogueira e Jaguariúna apresentaram um aumento, embora pequeno, na taxa de crescimento anual em relação ao período anterior, ou seja, de 4,60% a.a. para 5,27% a.a. e 3,88% a.a. para 4,62% a.a., respectivamente. Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré foram os municípios onde se verificou, no período de 80/91, acentuada diminuição no ritmo de crescimento anual quando comparadas suas taxas de crescimento às de 1970/80; passando de 10,14% a.a. para 4,11% a.a.; 9,46% a.a. para 4,28% a.a. e 16,01% a.a. para 7,53% a.a. respectivamente. Apesar desse declínio, que já era de se esperar dado o aumento na base demográfica, estes municípios figuraram como de maiores taxas de crescimento populacional do Estado no período 1980/1991.

A média do incremento relativo dos 18 municípios da Região de Governo de Campinas para o período de 1980/91 foi de 41,87%; tomando-a como referência para uma análise comparativa entre os municípios para tal período verifica-se que Artur Nogueira (75,92%), Cosmópolis (61,53%), Indaiatuba (79,13%), Jaguariúna (64,38%), Monte Mor (82,21%), Nova Odessa (55,73%), Paulínia (76,48%), Santa Bárbara D'Oeste (58,61%), Sumaré (22,28%) e Vinhedo (55,13%), foram os municípios que mais contribuíram para o crescimento desta Região.

TABELA 5 - Pessoas não-naturais do domicílio onde residem há menos de 10 anos, por situação do domicílio atual e anterior - Região de Governo de Campinas - 1970/80

MUNICÍPIOS	Total de não-naturais	URBANA-URBANA	%	RURAL-URBANA	%	URBANA-RURAL	%	RURAL-RURAL	%
Americana	80.325	41.354	51,48	38.791	48,29	68	0,08	112	0,14
Artur Nogueira	7.620	1.774	23,28	1.652	21,68	695	9,12	3.499	45,92
Campinas	401.326	238.817	59,51	113.666	28,32	18.738	4,67	30.105	7,50
Cosmópolis	12.644	7.014	55,47	3.484	27,55	551	4,36	1.595	12,61
Indaiatuba	34.760	18.176	52,29	11.153	32,09	1.464	4,21	3.967	11,41
Itapira	14.588	4.866	33,36	5.612	38,47	1.067	7,31	3.043	20,86
Jaguariúna	8.335	2.838	34,05	2.014	24,16	829	9,95	2.654	31,84
Mogi-Guaçu	43.212	17.989	41,63	20.775	48,08	1.027	2,38	3.421	7,92
Mogi-Mirim	21.938	13.044	59,46	5.980	27,26	436	1,99	2.478	11,30
Monte Mor	8.020	1.594	19,88	1.491	18,59	1.570	19,58	3.365	41,96
Nova Odessa	16.749	9.552	57,03	5.346	31,92	848	5,06	1.003	5,99
Paulínia	14.500	8.822	60,84	4.443	30,64	265	1,83	970	6,69
Pedreira	11.757	4.000	34,02	6.608	56,20	301	2,56	848	7,21
S. Bárb. D'Oeste	49.221	27.286	55,44	19.537	39,69	524	1,06	1.874	3,81
S. Antônio de Posse	5.423	1.160	21,39	1.960	36,14	449	8,28	1.854	34,19
Sumaré	82.620	55.023	66,60	23.010	27,85	1.557	1,88	3.030	3,67
Valinhos	29.201	11.453	39,22	9.383	32,13	2.758	9,44	5.607	19,20
Vinhedo	12.799	6.002	46,89	6.392	49,94	485	3,79	360	2,81

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980.

Essas informações censitárias de 1991 confirmaram as tendências que haviam sido apontadas

para a Região de Governo de Campinas nos anos 80, qual seja, a de menor crescimento populacional do Município-sede (Campinas) se comparado ao seu entorno. Campinas apresentou um crescimento relativo decenal de 27,32%.

Embora ainda não tenham sido divulgadas todas as informações do Censo de 1991, prevê-se que nos anos 80, o Município de Campinas tenha recebido um volume migratório menor que alguns municípios vizinhos. Além do que, é provável que a tendência de perda populacional do Município-sede para outros municípios da Região tenha se acentuado nos anos 80.

O quadro dos movimentos migratórios na década de 70⁴, apresentados a seguir, já possibilita apreender as enormes mudanças no processo de redistribuição da população no espaço regional, apontando para a importância do componente migratório na dinâmica metropolitana emergente.

TABELA 6 - População Total e Taxa de Crescimento Populacional - Região de Governo de Campinas - 1980/1991

ÁREA	POPULAÇÃO TOTAL		CRESCIMENTO O ABSOLUTO	CRESCIMENTO RELATIVO (%)	TAXA DE CRESC. (a.a.)
	1980	1991	TOTAL	DECENAL	1980/91
TOTAL	1.407.236	1.996.403	589.167	41,87	3,23
Americana	122.004	142.581	20.577	16,87	1,43
Artur Nogueira	15.941	28.044	12.103	75,92	5,27
Campinas	664.559	846.084	181.525	27,32	2,22
Cosmópolis	23.232	37.526	14.294	61,53	4,46
Indaiatuba	56.234	100.736	44.499	79,13	5,44
Itapira	47.929	56.505	8.576	17,89	1,51
Jaguariúna	15.210	25.002	9.792	64,38	4,62
Mogi-Guaçu	73.549	107.440	33.891	46,08	3,51
Mogi-Mirim	50.634	64.746	14.112	27,87	2,26
Monte Mor	14.020	25.546	11.526	82,21	5,61
Nova Odessa	21.893	34.094	12.201	55,73	4,11
Paulínia	20.755	36.629	15.874	76,48	5,30
Pedreira	21.383	27.811	6.428	30,06	2,42
S.Bárb.D'Oeste	76.621	121.531	44.910	58,61	4,28
S. Ant. Posse	10.872	14.329	3.457	31,80	2,54
Sumaré	23.074	226.361	124.527	22,28	7,53

⁴ A análise dos movimentos migratórios na Região limita-se aos anos 70, uma vez que o Censo Demográfico de 1980 trouxe ricas informações que permitiram identificar a origem dos fluxos migratórios em nível municipal. Quanto aos movimentos migratórios ocorridos nos anos 80, ainda não é possível analisá-los, dado que tais informações, constantes no Censo Demográfico de 1991, ainda não foram divulgadas.

Valinhos	30.775	67.867	18.945	38,72	3,02
Vinhedo	12.338	33.571	11.930	55,13	4,07

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Movimentos Migratórios na Década de 70⁵

A Região de Governo de Campinas recebeu cerca de 444.879 migrantes na década de 70, dos quais 60% eram do próprio Estado e 40% de outros estados (Tabela 7). Dentre a migração interestadual, o Paraná foi responsável por 51,1% desse fluxo, seguido por Minas Gerais, com 24,8%. Os Estados do Nordeste tiveram uma participação de 11%; e da Região Centro Oeste, com 8%, onde o Estado do Mato Grosso do Sul contribuiu com por 4,7% desse movimento.

No contexto estadual, a Região de Governo de Campinas caracterizou-se como a principal área de atração populacional do Estado, cerca de 260 mil migrantes vindos das outras Regiões de Governo do Estado chegaram à área na década de 70. Contingente expressivo originou-se da Região Metropolitana de São Paulo, representando 25% da migração inter-regional para a Região de Governo de Campinas.

Da região do Oeste Paulista mais de 70 mil pessoas dirigiram-se para Campinas, representando 26,8% dos fluxos inter-regionais para a Região, sendo que deste volume 18% partiu da Região de Jales; 15% de Andradina; 14,7% de Adamantina; 14% de Presidente Prudente; 13% de Marília; 12% de Dracena e 11,8% de Araçatuba (vide Tabela 7 e Mapa 1).

É importante salientar que a Região de Governo de Campinas embora tenha recebido muitos imigrantes, registrou também um fluxo emigratório: cerca de 92 mil pessoas saíram dessa região.

A Região Metropolitana de São Paulo foi a que mais atraiu emigrantes da Região de Governo de Campinas, atingindo um percentual de 23,47% do total de emigrantes. As demais regiões encontram-se em seus arredores tais como: Jundiaí, que recebeu 9,83% desses emigrantes; Limeira, 7,04%; Piracicaba, 6,73%; Bragança Paulista, 6,15% e Sorocaba, 5,69%.

No contexto intra-regional, o movimento migratório na Região de Campinas foi bastante intenso, cerca de 86.076 pessoas se deslocaram na década de 70 de um município para outro, pelo menos uma vez. Do total desses movimentos migratórios, os Municípios que mais concentraram esse fluxo foram: Sumaré, que recebeu 29%; Santa Bárbara D'Oeste, 13% e Campinas, 13,5% (Tabela 8). O balanço dessas trocas migratórias resultou em um saldo negativo no Município de Campinas, onde no total das trocas líquidas populacionais estabelecidas, este município apresentou um saldo negativo de mais de 25 mil pessoas. Através do Mapa 2, pode-se melhor visualizar a perda populacional que

⁵ Análise detalhada dos processos migratórios em Campinas na década de 70 encontra-se em Baeninger (1992).

Campinas sofreu para a maioria dos municípios da Região, sendo que os municípios que mais receberam esses migrantes foram Sumaré (21.044 pessoas), Valinhos (2.943 pessoas), Paulínia (2.525) e Indaiatuba (2.127).

No contexto regional, 42% do movimento migratório ocorreu do núcleo (Campinas) para a periferia; 43% entre os municípios da periferia e apenas 13,5% da periferia para o núcleo (BAENINGER, 1989). Esse foi um dos motivos que contribuiu para que o Município-sede passasse a perder peso relativo no total populacional da Região de Governo. O Município de Campinas sofreu uma queda na sua participação relativa no total da população regional, passando de 48,8% na década de 60/70, para 47,2%, na de 70/80. Essa diminuição foi compensada com o aumento da participação de outros Municípios no total regional: Sumaré que concentrava 0,99% da população regional em 1970, passou para 7,24% em 1980; Santa Bárbara D'Oeste, de 4,03% para 5,44%; Cosmópolis, de 1,57% para 1,65%; e Americana com aumento pouco significativo de 8,61% em 1970 para 8,67% em 1980, sendo que os restantes dos municípios apresentaram decréscimos de sua participação no peso relativo da população total da região.

Comparando-se o crescimento da população de Campinas com os outros municípios no período 60/70 e 70/80, observa-se que a maioria destes apresentou um crescimento mais elevado que o Município-sede. Isso se deveu não só pela participação migratória, mas também por registrarem um crescimento vegetativo maior que a sede regional. O Município de Campinas, apresentou uma taxa de crescimento vegetativo de 2,03% a.a., no período 60/70, passando para 2,06% a.a., entre 70/80, enquanto que a Região registrou uma taxa de crescimento vegetativo de 2,14% a.a., nos anos 60, elevando-se para 2,79% a.a., nos anos 70.

MAPA 1 - Principais fluxos migratórios inter-regionais - Região de Governo de Campinas - 1970/1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais. Fundação SEADE (1989).

TABELA 7 - Fluxos migratórios inter-regionais e intra-estaduais numericamente mais importantes segundo a origem dos imigrantes - RG de Campinas 1970/80

ORIGEM DOS IMIGRANTES	TOTAL	%
Total Geral	444.879	100,00
Estado de São Paulo	267.668	100,00
RM São Paulo	67.185	25,10
RG Adamantina	10.600	3,96
RG Andradina	11.108	4,15
RG Araçatuba	8.485	3,17
RG Dracena	8.860	3,31
RG Jales	13.250	4,95
RG Jundiaí	8.646	3,23
RG Marília	9.154	3,42
RG Piracicaba	8.378	3,13
RG Pres. Prudente	10.332	3,86
RG SJ Boa Vista	11.590	4,33
Outras Regiões	100.081	37,39
Regiões da UF	172.318	100,00
Reg. Sudeste (-SP)	48.089	27,91
Minas Gerais	42.759	24,81
Espírito Santo	661	0,38
Rio de Janeiro	4.669	2,71
Região Norte	1.073	0,62
Região Nordeste	19.033	11,04
Bahia	6.467	3,75
Outros Estados	12.566	7,29
Região Sul	90.598	52,58
Paraná	88.101	51,13
Outros Estados	2.497	1,45

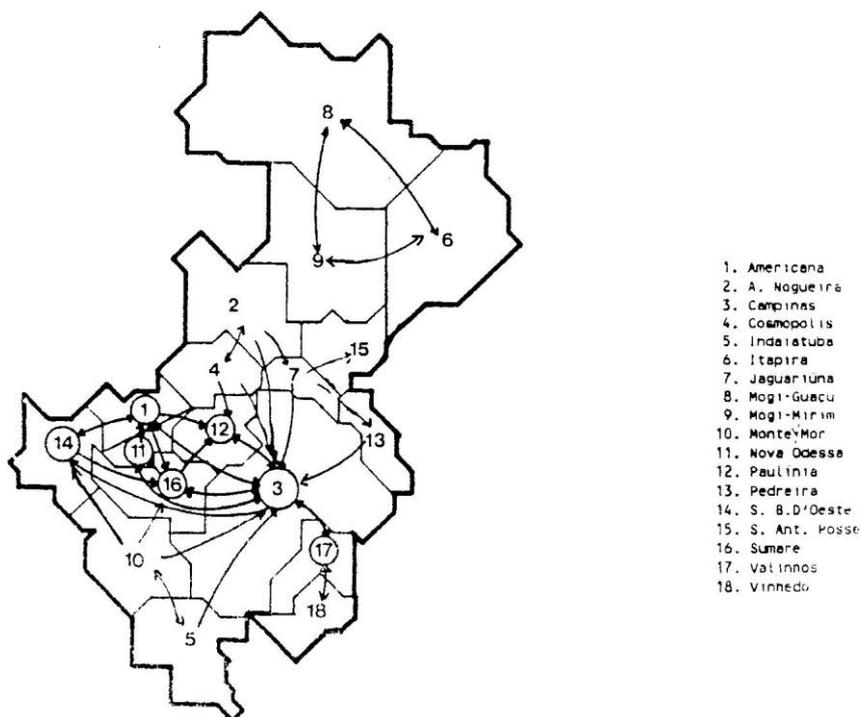
ORIGEM DOS IMIGRANTES	TOTAL	%
Região Centro Oeste	13.525	7,85
Mato Grosso do Sul	8.095	4,70
Outros Estados	5.430	3,15
BR sem Especificação	21	0,005
Exterior	3.214	0,72
Sem Declaração	1.658	0,37

Fonte: IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980. Fundação SEADE (1989).

O mesmo se verifica em relação ao crescimento migratório que em Campinas registrou uma taxa de 3,42% a.a., na década 60/70, para 3,71% a.a., no período de 70/80, e para a Região, em seu conjunto, passou de 2,53% a.a., nos anos 60, para 4,14% a.a., na década 70/80. Desse modo, o crescimento do entorno de Campinas foi impulsionado tanto pelo crescimento vegetativo como pelo migratório.

O Município de Campinas apresentou uma taxa de crescimento total de 5,5% a.a. na década de 60/70, passando para 5,9% a.a. na década de 70/80; embora continue sendo uma taxa elevada, os outros municípios da Região tiveram aumentos mais expressivos em suas taxas no período considerado. A taxa de crescimento verificada para os municípios que compõem essa Região de Governo apresentou, para a grande maioria destes, um aumento do período 1960/70 para 1970/80, com exceção de Mogi-Guaçu e Valinhos. Merecem destaque os municípios que mais aumentaram suas taxas nessa passagem de década, tais como: Cosmópolis que passou de 3,25% a.a. no período 60/70, para 6,73% a.a., no período 70/80; também Nova Odessa que passou de 3,86% a.a. para 10,14% a.a.; Santa Bárbara D'Oeste, de 3,21% a.a. para 9,46% a.a.; Sumaré, de 8,03% a.a. para 16,01% a.a.; Vinhedo que passou de uma taxa negativa de 0,65% a.a. para uma taxa positiva de 5,78% a.a. e Jaguariúna, de 1,98% a.a. atingindo a casa de 3,88% a.a. em 1980.

MAPA 2 - Principais correntes migratórias - Região de Governo de Campinas - 1970/1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais. Fundação SEADE (1989).

Os principais fluxos migratórios intra-regionais ocorreram entre os Municípios de Campinas, Sumaré, Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Valinhos, Vinhedo, Cosmópolis, Paulínia, Nova Odessa e, em menor volume, com Indaiatuba, Monte Mor e Jaguariúna. Observa-se, assim, um corredor de circulação de população que acompanha a via Anhanguera e Bandeirantes e que começa a se expandir na direção Campinas/Sorocaba (Mapa 3).

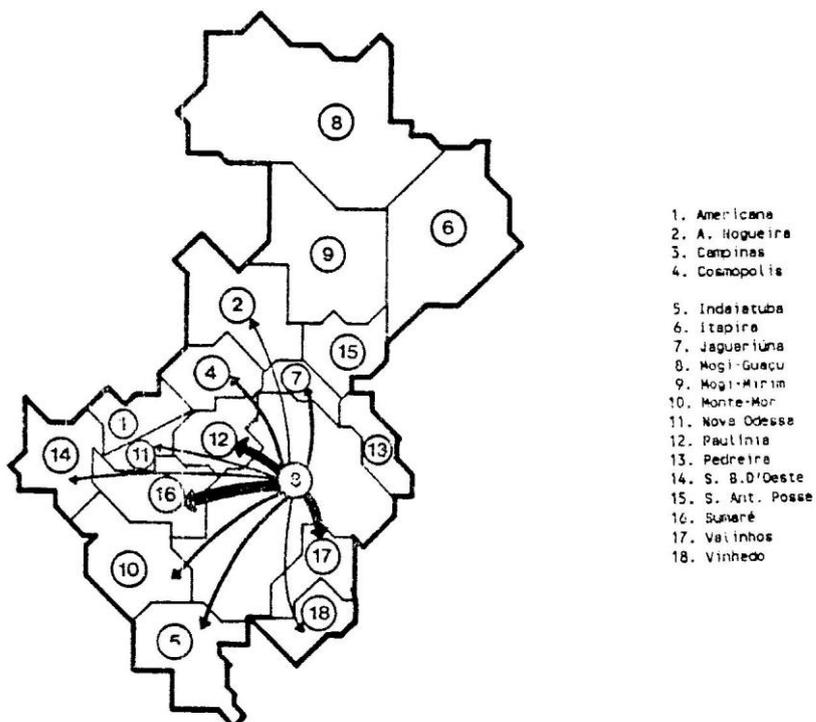
Torna-se importante destacar, aqui, a importância do componente demográfico na dinâmica regional como um todo. Os processos migratórios na Região já indicam as áreas que estabelecem relação estreita com Campinas. Além disso, essa área já vem apresentando indícios de um processo de metropolização, com a perda relativa de sua população no total regional⁶ e fluxos migratórios em direção aos municípios vizinhos.

O dinamismo econômico regional propiciou a chegada de importantes fluxos migratórios para a área. Desse modo, essa região configurou-se, nos anos 70, como a área mais urbanizada e desenvolvida do Interior, já se reproduzindo em alguns municípios, no entanto, características

⁶ Esse fenômeno para a Região Metropolitana de São Paulo já foi verificado na década de 60 por Singer (1973).

anteriormente peculiares às grandes concentrações metropolitanas, como: expansão de sua periferia, problemas de infraestrutura, transporte, especulação imobiliária etc.

MAPA 3 - Balanço das trocas populacionais com o Município de Campinas - Região de Governo de Campinas - 1970/1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais. Fundação SEADE (1989).

TABELA 8 - Principais Fluxos Migratórios Intra-Regionais - Região de Governo de Campinas - 1970/1980

DESTINO	ORIGEM			DESTINO	ORIGEM		
	MUNICÍPIOS	ABSOLUTO	%		MUNICÍPIOS	ABSOLUTO	%
Americana	Total	3.547	100,00	Monte Mor	Total	1.955	100.00
	Campinas	1.481	41,75		Campinas	1.149	58.77
	S. Bárb.D'Oeste	749	21,12		Sumaré	266	13.61
	Nova Odessa	555	15,65		Indaiatuba	219	11.20
	Outros	762	21,48		Sta.Bárb.D'Oeste	121	6.19
Artur Nogueira	Total	984	100,00	Nova Odessa	Total	4.643	100.00
	Jaguariúna	235	23,88		Americana	3.394	73.10
	Campinas	216	21,95		Sumaré	693	14.93
	Cosmópolis	215	21,85		Campinas	349	7.52
	Mogi-Mirim	207	21,04		Outros	207	4.45
Campinas	Total	12.295	100,00	Paulínia	Total	3.387	100.00
	Valinhos	1.791	14,57		Campinas	2.525	74.55
	Americana	1.715	13,95		Cosmópolis	297	8.72
	Sumaré	1.160	9,43		Americana	212	6.26
	Indaiatuba	1.125	9,15		Sumaré	154	4.25
Cosmópolis	Total	2.500	100,00	Pedreira	Total	657	100.00
	Campinas	956	38,24		Campinas	388	59.06
	Paulínia	739	29,56		Jaguariúna	213	32.42
	Artur Nogueira	451	18,04		Outros	56	8.52
	Outros	354	14,16		Indaiatuba	Total	11.523
Total	2.682	100,00	Americana	10.244		88.90	
Campinas	2.127	79,31	Campinas	580		5.03	
Monte Mor	204	7,60	Nova Odessa	252		2.19	
Outros	351	13,09	Outros	447		3.88	
Itapira	Total	1.026	100,00	Sto.Anºde Posse	Total	1.041	100.00
	Mogi-Mirim	428	41,71		Jaguariúna	420	40.34
	Campinas	296	28,85		Mogi-Mirim	386	37.08
	Mogi-Guaçu	248	24,17		Campinas	123	11.82
	Outros	54	5,26		Outros	112	10.76
Jaguariúna	Total	1.984	100,00	Sumaré	Total	25.002	100.00
	Campinas	1.084	54,64		Campinas	21.044	84.17
	Sto.Antºde Posse	261	13,16		Americana	1.084	4.34
	Pedreira	190	9,58		Paulínia	692	2.77
	Itapira	137	6,90		Nova Odessa	551	2.20
Mogi-Guaçu	Total	3.769	100,00	Valinhos	Total	4.257	100.00
	Mogi-Mirim	1.909	50,65		Campinas	2.943	69.13

DESTINO	ORIGEM			DESTINO	ORIGEM		
	MUNICÍPIOS	ABSOLUTO	%		MUNICÍPIOS	ABSOLUTO	%
Mogi-Mirim	Itapira	764	20,27	Vinhedo	Vinhedo	743	17.45
	Campinas	631	16,74		Outros	571	13.41
	Total	3.237	100,00		Total	1.587	100.00
	Itapira	1.272	39,30		Valinhos	833	52.49
	Mogi-Guaçu	805	24,87		Campinas	475	27.93
	Campinas	458	14,15		Outros	279	17.58
	Sto.Ant ^o de	316	9,76				
Posse							
Outros	386	11,92					

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980; FSEADE. Tabulações Especiais. Fundação SEADE (1989).

PESQUISA DE CAMPO⁷

A partir da realização da análise demográfica da Região de Campinas, principalmente de seu componente migratório, foi possível identificar municípios com características peculiares que mereceram maior aprofundamento no trabalho de campo.

Além dos dados demográficos foi necessário se ter uma visão, embora aproximada, das tendências recentes do desenvolvimento econômico na Região. Para tanto, várias instituições foram contatadas com o objetivo de poder atualizar e acompanhar a dinâmica das diferentes áreas da região.

O levantamento de campo iniciou-se em outubro de 1989, através de entrevistas com agentes institucionais diretamente ligados à questão migratória e urbana e entrevistas domiciliares com migrantes da Região.

Com a colaboração do Escritório Regional de Planejamento - ERPLAN (órgão ligado à Coordenadoria de Ação Regional da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado) - foi elaborado um questionário para ser respondido pelas prefeituras de cada município da Região, a fim de se obter possíveis informações migratórias e de inserção desses migrantes no mercado de trabalho nos anos 80. Neste questionário constavam as seguintes perguntas:

1. Existem informações no município sobre o local de origem dos imigrantes, seja de outros Estados, ou do próprio Estado de São Paulo?
2. Existem informações se estão chegando migrantes para o município nos anos 80, ou se está ocorrendo saídas de pessoas para outros locais do Estado, ou mesmo para fora do Estado? De onde vêm estas pessoas? Para onde vão?
3. Existe algum órgão de cadastramento de migrantes no município?
4. Dentro do município é possível identificar a localização espacial dos migrantes (bairros,

⁷ Esta etapa da pesquisa contou ainda com a valiosa colaboração de Ana Maria Chiarini, supervisora de campo, e de Susi Elias, Elisabete Macedo Cruz e Júnia Santa Rosa, entrevistadoras.

vilas etc)?

5. Quais as principais atividades econômicas em que os migrantes são absorvidos (indústria, construção civil, agropecuária, comércio, serviços)?

6. Existe ou não obras públicas (construção de barragens, estradas etc) que absorvem mão-de-obra migrante? Qual o tempo de duração previsto? Há previsão para o início de outras obras?

Esta etapa contou, também, com outras visitas institucionais. No Município de Campinas foram visitados num primeiro momento:

- ✓ Escritório Regional de Saúde (ERSA)
- ✓ Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal
- ✓ Departamento de Urbanização de Favelas da Prefeitura Municipal de Campinas
- ✓ Secretaria da Promoção Social da Prefeitura Municipal de Campinas
- ✓ Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Campinas
- ✓ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Dentre as instituições visitadas nesta primeira etapa, o esforço realizado pelo Escritório Regional de Planejamento muito contribuiu para fornecer subsídios na seleção das áreas de campo. A síntese dessas informações, embora esparsas, apontaram para os anos 80 a chegada de migrantes de outros Estados para todos os municípios, principalmente do Paraná, Sul de Minas Gerais e do Nordeste. Além da migração intra-estadual, como em Santa Bárbara D'Oeste (migrantes vindos de Jales, Fernandópolis e Araraquara), em Jaguariúna (de São José do Rio Preto) e também no Município de Campinas (Anexo 1).

A localização espacial dos migrantes nos municípios esteve sempre referida ao meio urbano e, em alguns casos, à zona rural, estando esses migrantes inseridos, principalmente, na construção civil, como trabalhadores braçais nas indústrias ou como boias-frias.

Além dessas informações, o escritório Regional forneceu um quadro sucinto das principais atividades econômicas na Região. Através desses dados foi possível identificar a dinâmica industrial e agrícola da área.

Considerando-se tais informações, as áreas selecionadas para o trabalho de campo foram, além da Sede regional, os Municípios de Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré. A escolha foi feita visando cobrir realidades diversas e dimensões específicas dos fluxos migratórios. Esses três

municípios, fortes polos de atração de migrantes, apresentam perfis bem diferentes e estabelecem relações particulares com Campinas. Nas informações obtidas preliminarmente e durante a própria investigação empírica, tal diversidade foi marcante.

A fim de poder avançar nas tendências recentes da migração na Região, foram entrevistados migrantes com menos de 10 anos de residência em cada um dos municípios, já que a chegada da grande maioria desses migrantes se deu nos anos 70. Os migrantes foram selecionados a partir das entrevistas com os agentes institucionais, diretamente ligados à questão migratória.

Foram realizadas 10 entrevistas com migrantes, em cada uma dessas cidades, com exceção da capital regional, onde se entrevistaram 20 migrantes.

O trabalho de campo foi iniciado em Paulínia, num dos bairros indicados pelo ERPLAN: o Jardim Flamboyant ou Nosso Teto, como é chamado pela população. Várias entrevistas foram realizadas na Vila Monte Alegre II, outro conjunto habitacional, próximo ao Nosso Teto, ou "Mutirão". Este último tem apenas 2 anos e ainda não está terminado. Sua população é formada basicamente por migrantes que residem há pouco tempo na cidade.

No Município da Santa Bárbara D'Oeste, as entrevistas domiciliares foram realizadas no Jardim Pérola e Jardim São Fernando (uma favela), dois bairros da divisa do Município com Americana, região onde se concentram praticamente todos os migrantes. As duas últimas entrevistas domiciliares foram feitas com funcionários de uma das quatro Usinas de Açúcar e Alcool da cidade.

Continuou-se a pesquisa em Sumaré, onde foram entrevistados migrantes do centro, do antigo Distrito de Hortolândia e do loteamento do Jardim Amanda (também situado em Hortolândia). Foram realizadas entrevistas também no Jardim Vitória, distrito de Nova Veneza, formado a partir de um movimento de invasão de terra, em 1987, e na Vila Carlota e Jardim São Domingos, relativamente próximos ao centro de Sumaré.

A segunda parte do trabalho transcorreu em Campinas, onde as dificuldades para contatar os migrantes com menos de 10 anos foram enormes. Tais dificuldades não foram provocadas pelo pequeno número dessa população, mas por sua dispersão por todos os bairros e pela tentativa de cobrir certos perfis configurados a partir de estudos e dados prévios. Foram entrevistados operários qualificados das Indústrias Bosch e Singer, profissionais de nível superior da Telebrás e Instituto Agrônômico, funcionários públicos (Prefeitura, UNICAMP, professor da rede estadual de educação), empregada doméstica, comerciário, comerciante, operários não-qualificados e da construção civil, entre outros profissionais, tentando sempre dar conta da migração complexa e multifacetada que recebe o município. Algumas entrevistas institucionais foram realizadas nos mesmos dias que as

entrevistas com os migrantes, já que serviam como indicadores para a configuração dos perfis daqueles que deveriam ser entrevistados, segundo a procedência, a atividade profissional e o grupo social.

Em Sumaré, Paulínia e Santa Bárbara D'Oeste, as entrevistas institucionais perfizeram um total de 15 contatos com representantes da população e profissionais.

Em **Paulínia**, foram entrevistados:

- ✓ Médico da Rede Pública
- ✓ Assistente Social do Centro de Atendimento Comunitário da Prefeitura
- ✓ Vereador do PSB, responsável pelas obras do "Mutirão"
- ✓ Funcionário do Cartório Eleitoral
- ✓ Funcionário da Indústria Química Rhodia

Em **Sumaré**, foram entrevistados;

- ✓ Vereador do PT
- ✓ Administrador Regional do Município de Hortolândia
- ✓ Um dos líderes do Movimento de Emancipação de Hortolândia
- ✓ Uma das líderes de um grupo de invasão de terra do distrito de Nova Veneza (Jardim Vitória)
- ✓ Funcionário do Cartório de Hortolândia

Em **Santa Bárbara D'Oeste**, foram entrevistados:

- ✓ Assistente Social da Prefeitura
- ✓ Vereador do PFL, o mais votado da cidade e eleito pelos migrantes
- ✓ Duas funcionárias de uma Usina de Açúcar e Alcool
- ✓ Funcionária do Cartório Eleitoral
- ✓ Membro da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem

Em **Campinas** buscaram-se informações, junto à Prefeitura e a alguns órgãos estaduais e municipais. Percebeu-se, logo, que os dados não seriam tão facilmente obtidos como nos outros três municípios. Encontraram-se dificuldades até mesmo em identificar pessoas que se dispusessem a pronunciar minimamente sobre a questão. A alta participação migratória, a dispersão dos migrantes

por toda a cidade, a inexistência de uma sistematização mais recente dos dados por parte da Prefeitura, COHAB e outros órgãos se apresentaram como obstáculos para a obtenção de qualquer tipo de informação. A grande maioria das pessoas procuradas colocava-se como incapaz de falar sobre o assunto dada a magnitude dessa população.

Finalmente, foi possível conversar com uma funcionária do Cartório Eleitoral e uma Assistente de Secretaria de Promoção Social, com a ex-Coordenadora do Centro de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (CAMIM) e com o Presidente da Câmara dos Vereadores, político ativo, há vários anos, junto a população favelada da cidade. Foram ainda entrevistados um vereador do PMDB e um membro de um grupo de voluntários que trabalha com os migrantes encontrados em rondas noturnas pela cidade.

Dada a diversidade e especificidades das situações encontradas nos municípios selecionados para o levantamento de campo, apresenta-se a seguir os principais resultados obtidos em cada um dos municípios em estudo.

Município de Paulínia

Este município, que compõe a Região de Governo de Campinas, foi o primeiro local a ser visitado pela pesquisa. Paulínia situa-se a 14 quilômetros da cidade de Campinas, da qual se desmembrou em 1964. Sua população, segundo estimativa da Prefeitura, era de 40 mil habitantes. As projeções populacionais da Fundação SEADE indicavam 32.586 em 1990. Com o resultado do Censo Demográfico verificou-se que a população era de 36.629 habitantes em 1991.

A partir de década de 60, com a transformação da Rhodia em indústria química, após o abandono de suas atividades agroindustriais, iniciou-se um processo irreversível de industrialização e modernização do Município. Em 1968, a implantação da Refinaria do Planalto (REPLAN) atraiu outras indústrias petroquímicas e grande número de migrantes, o que veio consolidar o desenvolvimento de Paulínia.

Em 1972, a cidade tornou-se área de Segurança Nacional, devido à presença de refinarias e, apenas em 1985, com o fim do período militar e a revogação do decreto referente à estas áreas, a população pôde escolher seu prefeito em eleição direta.

Hoje, o Município é basicamente industrial e tem uma das mais altas taxas de arrecadação de ICMS do Brasil.

De acordo com informação obtida junto ao Vereador do PSB, a receita da cidade deve ainda aumentar nos anos 90 porque a nova constituição obriga o pagamento de impostos pela Petrobrás, o

que nunca ocorreu antes.

A prefeitura rica e o passado do Município (por mais de 10 anos considerado como Área de Segurança Nacional), resultaram numa realidade altamente institucionalizada, com vantagens marcantes em relação à maior parte das cidades do país, quanto à educação, à saúde e às condições de moradia. As ruas são limpas, mesmo na periferia, e nos bairros (Mutirão, Monte Alegre e Nosso Teto), onde foram aplicados os questionários, que apesar de comportarem população de baixa renda são ligados ao sistema público de água, luz e esgoto. O "Mutirão" só não possui asfalto por ser um programa habitacional recente. O bairro Monte Alegre tem praça e até a infraestrutura de uma feira montada em madeira e cimento. O bairro Nosso Teto, talvez por ter quase 10 anos, é o que mais se aproxima da imagem de uma vila de periferia. A cidade não tem nenhuma favela e a formação de cortiços é controlada pela administração. Percebemos nas entrevistas institucionais que o clima da cidade é de franca rejeição à chegada de novos migrantes.

"Eu me pergunto como pode São Julião do Piauí estar inteirinha aqui. O pessoal vem prá cá só pensando no emprego. Quando encontra o emprego, aí vê que não tem onde morar. Nessa situação, o migrante vai com toda a família para a casa de parentes ou vai procurar o CACO". (R., Centro de Atendimento Comunitário da Prefeitura).

A recomendação da Prefeitura é a de que quando possível devolver essas famílias ao local de origem, cedendo passes ou mesmo dinheiro para a viagem.

O Município recebe, principalmente, migrantes do Paraná, Minas Gerais, Campinas, Grande São Paulo, Ceará e Pernambuco. Segundo os dados do Cartório Eleitoral de Paulínia, os títulos eleitorais que foram transferidos, nos últimos anos, para o Município, são principalmente dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Piauí e de cidades do próprio Estado de São Paulo (ABCD, Osasco e Guarulhos).

Os migrantes vêm para Paulínia buscando emprego nas grandes indústrias da Região, mas logo percebem que não são qualificados para o serviço. Todos acabam se dirigindo para a construção civil ou para o trabalho temporário em empreiteiras que fazem manutenção nas grandes empresas, cujos empregados fixos vêm de Campinas.

"A maioria dessas pessoas vêm como peões da REPLAN e para o corte da cana em Cosmópolis". (A., Cartório Eleitoral).

"As indústrias químicas e multinacionais de Paulínia, praticamente, só empregam

mão-de-obra qualificada, o que não é o caso dessa população. Os empregados dessas empresas são, em sua maioria, de Campinas. Grande número de mulheres de baixa renda trabalham como domésticas em casas de família na cidade ou em Barão Geraldo". (R., CACO).

É bastante intenso o movimento pendular originário em Paulínia, particularmente de empregadas domésticas, para Campinas. Com menor intensidade, mas bastante presente é o movimento pendular da classe média residente em Campinas, principalmente engenheiros, que trabalham na Refinaria de Petróleo em Paulínia bem como nas indústrias químicas de Cosmópolis.

O problema habitacional foi sempre citado nas entrevistas com os agentes institucionais. A administração pública municipal entregou um novo conjunto habitacional (Monte Alegre III) e não pretende abrir mais loteamentos. Pôde-se constatar através de todas as entrevistas institucionais, que existe uma "regra-geral" visando à manutenção da ordem e dos privilégios que a cidade possui em relação à média brasileira, onde a abertura de novos loteamentos traria problemas, pois atrairia mais migrantes.

Entrevista com um vereador do Município, que também é migrante, permitiu-nos obter conhecimento mais próximo da realidade habitacional em Paulínia. Encarregado do término das obras do programa habitacional "MUTIRÃO", este vereador, um migrante nascido em Minas Gerais e que morou em São Paulo por sete anos, veio para Paulínia na época em que esta começava a se industrializar.

Considerando os programas habitacionais MUTIRÃO I, II e III (este último programa apenas financiou o terreno para os moradores), relata o vereador, vivem legalmente 600 famílias no bairro. A Prefeitura, ao dar início às obras, cadastrou, selecionou e dividiu as famílias, evitando que muitos morassem numa mesma casa, porém muitos vêm passar na casa de parentes e acabou ficando.

Na seleção das famílias para esses programas habitacionais exigia-se que os inscritos tivessem cinco anos de moradia no Município. Com as obras já iniciadas, algumas concessões tiveram que ser feitas. Houve uma invasão de terra no Jardim Planalto (bairro vizinho do Mutirão) e barracos foram construídos. Como a administração não queria dar chance à formação de nenhuma favela, o que não existia na cidade, essas pessoas foram removidas e, como medida de emergência, foram integradas ao programa.

Os moradores desse bairro são domésticas e trabalhadores da construção civil: mineiros, paranaenses e nordestinos. Dado o déficit habitacional, muitas famílias passam a dividir sua casa com outras pessoas que chegam.

Torna-se importante ressaltar aqui, o impacto de determinada política, seja ela concebida implícita ou explicitamente para atuar sobre a migração. Concebidas para amenizar o problema habitacional, sem preocupar-se com a distribuição espacial da população, os programas habitacionais acabaram incentivando muitíssimo o processo migratório, com a canalização de seus fluxos para determinadas áreas. Além disso - e por essa razão - agravou consideravelmente o problema habitacional nas áreas receptoras de migrantes.

De acordo com a Assistente Social do Centro de Atendimento Comunitário de Paulínia (CACO), os sistemas de saúde e escolar, considerados exemplares, são fortes chamarizes. Nas escolas da cidade, segundo a Assistente Social, ninguém deixa de estudar por falta de vagas e, nos hospitais, a facilidade e a qualidade do atendimento médico (existe um convênio da Prefeitura com a UNICAMP) atraem, de forma definitiva, até mesmo trabalhadores temporários contratados por empreiteiras.

"Geralmente, as pessoas falam muito bem do planejamento que tem a cidade, de saúde [...] nós temos um centro de saúde, o regional, o central da cidade e temos um centro odontológico [...] a cada mês eles vão distribuindo a população, mesmo a população de baixa renda, porque temos a CACO [...] é um órgão da Prefeitura, se você tem seu problema ou alguma coisa, explica que eles vão tentar dar uma solução, vão te encaminhar, como você deve fazer, como você deve agir". (J.J.L., Migrante vindo de Campinas - Morador de Paulínia).

"O atendimento médico de Paulínia é considerado exemplar. Muitos profissionais vêm visitá-lo e fazem elogios. Existe o convênio com a UNICAMP e toda a equipe médica é de alto nível técnico. A concepção de doença, que defendem esses profissionais, relaciona-se ao social e há uma grande preocupação em não hipermedicalizar a população". (A., Centro de Saúde de Paulínia).

Segundo esse médico do Centro de Saúde, as pessoas recém-chegadas no Município procuram muito o serviço médico.

"Sentem dor no peito, enxaquecas, têm problemas estomacais, acabam até desenvolvendo cardiopatias, mas, na verdade, tudo é resultado de um processo de somatização. É o que chamo de "síndrome do migrante". Esses migrantes têm uma história que não pode ser esquecida quando encontram um consultório médico; essa história de vida e a situação atual que passam, se refletem nos quadros clínicos". (A., Centro de Saúde de Paulínia).

O Município fornece remédios gratuitamente para quem se utiliza do serviço público e as ambulâncias, segundo o médico, funcionam às vezes, como táxis. Essa tradição paternalista da Prefeitura, ocorre há várias administrações.

De modo geral, o que se pôde observar no Município de Paulínia é que devido à sua realidade extremamente institucionalizada, bem como a adoção de políticas de cunho nitidamente paternalista, criou-se a imagem de um Município organizado e bem-sucedido que se vê constantemente ameaçado perante a possibilidade da entrada de novos migrantes.

Município de Santa Bárbara D'Oeste

Santa Bárbara D'Oeste situa-se a 45 quilômetros de Campinas e, há alguns anos, atingiu o perímetro de Americana.

A cidade era reduto de italianos e americanos vindos em fins do século XIX e início do século XX. As usinas de açúcar e álcool e a Metalúrgica Romi são os pontos fundamentais da economia do Município.

Segundo dados fornecidos por uma assistente social da Prefeitura e por um vereador, a população estaria em torno de 150 mil habitantes (mesmo número projetado pela Fundação SEADE), sendo que de 60 a 70 mil seriam migrantes. Os dados do Censo Demográfico de 1991 apresentaram uma população composta de 121.531 habitantes.

Há cerca de 15 anos, pessoas vindas de todo o Interior do Estado (com predominância das regiões à noroeste), Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná começaram a chegar.

Esses migrantes chegaram atraídos pelas tecelagens de Americana e se instalaram na fronteira entre as duas cidades, onde se formaram bairros como Vila Mollon (que tem áreas em Americana e em Santa Bárbara), Jardim Pérola e Cidade Nova, entre outros.

"Aqui existe muitas tecelagens, tem mais campo que no Paraná, né? No Paraná o campo deles é muito pouco." (J., migrante da Capital, morador do Jardim São Fernando)

Hoje, praticamente toda a população migrante habita a "Divisa" (como é chamada pelos moradores) e várias tecelagens e confecções instalaram-se ali para absorver essa mão-de-obra.

Sem dúvida, referir-se à migração no Município é o mesmo que referir-se à tal "Divisa", que é formada por 30 bairros e 70 mil habitantes. A segregação em relação à população barbarensense é marcante; entre o centro urbano, propriamente dito, e a "Divisa" existe o parque industrial da cidade e quilômetros de vazio.

"... moro aqui na "Divisa", pertença à Santa Bárbara, [...] porque onde nós mora aqui, chega dia de sábado falta água [...] sei lá, eu não me dou com Santa Bárbara,

eu acho a cidade tão esquisita". (A.S., Migrante de SP - Guarantã, morador do Jardim São Fernando).

Os moradores desses bairros foram "expulsos" de Americana pelo alto valor dos aluguéis e dos preços dos terrenos e acabaram se transformando em moradores de Santa Bárbara (em algumas entrevistas, as pessoas chegavam a comentar: "aqui, em Americana, ...").

"Eu saí de Americana e vim prá cá [Santa Bárbara]... Porque o aluguel lá era mais caro que aqui. Aí meu pai pegou uma casa mais barata aqui, de aluguel também. Mas só que continuamos trabalhando em Americana mesmo". (J.S.G., Migrante de SP - Fernandópolis, morador do Jardim São Fernando).

"Muitos migrantes vieram em função das indústrias de Americana, mas não conseguiram habitação no Município. Na verdade, a fixação dessas pessoas em Santa Bárbara foi obra de Romano [ex-Prefeito] que foi corajoso e teve peito para atrair toda essa gente. Ele criou, há 9 anos, mais de 100 bairros, abrindo loteamentos". (O.M., Político do Município).

O crescimento da "Divisa" é enorme. A imagem mais marcante é a de casas sendo construídas e a cor do tijolo é muito forte na paisagem.

"Repara lá na "Divisa" no número de construções, é alarmante. Há 5 anos não tinha nada." (R., Prefeitura de Santa Bárbara).

O vereador mais votado no município em 1988, que é migrante, conhecido como o "vereador do povo" utiliza sua loja na "Divisa" para atender os migrantes que chegam na região.

"A vinda de toda essa gente se dá pelas más condições de vida no campo. A população vem, em grande maioria, de regiões de terra cansada, onde já se planta há dezenas de anos, e a produtividade vem diminuindo. Além disso, o gado tem substituído várias culturas, tirando o emprego de muita gente. Esses migrantes são bóias-frias de cidades pequenas que vieram procurar emprego na indústria". (O.M., Político do Município).

Ao contrário do que se pôde perceber em Paulínia, em Santa Bárbara D'Oeste não se percebe repúdio ao recém-chegado.

"O município tem 283 quilômetros quadrados para se expandir. Antes da vinda dos migrantes, Santa Bárbara era só laranjal e algodão e hoje é uma cidade desenvolvida. As dificuldades fazem com que a gente trabalhe mais, é muito produtivo. O migrante tem muito mais garra. Por exemplo, eu prefiro empregar um paranaense, um nortista, um mineiro do que um barbarenses nato. A população

compreende a importância do migrante. O quarto ou quinto lugar que Santa Bárbara ocupa em crescimento no Estado de São Paulo se deve à figura do migrante e, portanto, não faz sentido rejeitá-lo". (O.M., Político do Município).

Por outro lado, em várias das entrevistas domiciliares, percebeu-se uma discriminação em relação à presença dos migrantes.

"Eles tira sarro do mineiro quando chega, mas é só o começo. Eles falam o que a gente veio fazer aqui, que nem eles que estão aqui não faz nada, chama a gente de doido. Eles acha que nós vem de fora estragar a profissão deles. Eles falaram até comigo: 'vocês vem aqui, trabalha, ganha esse salariozinho aí que não reclama". (B.F., Migrante de MG - Bueno Brandão, trabalhador da Usina Santa Bárbara e morador da Colônia).

"Prá você ter uma idéia, quando a gente foi fazer seis horas, porque a POLIENCA hoje faz seis horas o turno de revezamento. Eles optaram por pegar o pessoal sem prática ... Tinha que aqui na portaria tinha em torno de 500 pessoas e aí eles acabaram desistindo da idéia, porque ia acabar levando a empresa a nada, porque era tudo migrante, gente que não sabia fazer nada [...] O que acontece que fica ruim pra aquele profissional que fica na empresa. Porque ele não tem mais estabilidade dentro da empresa. Porque a empresa vai optar pra pegar qualquer um [...] Por causa de muito migrante que vem". (J.R.C., Migrante de MG - Quintana, morador do Jardim Pérola).

A prefeitura tem projetos de incrementar o parque industrial da cidade, atraindo, principalmente, um grande número de micro-indústrias.

"Santa Bárbara, tendo muita gente para trabalhar, atrai os empresários. Mão-de-obra ociosa reduz os salários e atrai as indústrias. As indústrias atraem mais gente. E assim a gente vai caminhando e Deus vai iluminando Santa Bárbara. É que nem quando se toma café com leite. Se põe outro tanto de café e assim vai. No fim dá tudo certo". (O.M., Político do Município).

Nos contatos realizados na cidade, percebeu-se que o maior problema enfrentado pela administração é o déficit habitacional. Apesar de todo o crescimento da "Divisa", Santa Bárbara não está conseguindo comportar todo o contingente que está chegando. Assim como em Paulínia, ouviu-se que "emprego se acha, casa para morar não é tão fácil". A administração encontra na falta de habitações o desafio imposto pela chegada dos migrantes.

"Emprego ainda se encontra. A maioria dessas pessoas trabalham em Americana ou Santa Bárbara, em confecções ou casas de família [as mulheres] e tecelagem [os homens]. O comércio na cidade também vem crescendo muito há cerca de 4 ou 5 anos e aparece como um novo mercado de trabalho. Mas onde instalar toda essa

gente? Devido à alta procura, os aluguéis estão altíssimos, mesmo aqueles de imóveis populares. Por causa desse problema, todos tentam fugir dos aluguéis. Economizam o máximo para comprar um terreninho na "Divisa" e construir sua casa aos poucos. A Prefeitura está preocupada com a situação porque os migrantes continuam chegando e a política habitacional do Município é guiada por esse problema". (R., Prefeitura).

Não existem planos da Prefeitura para a abertura de novos loteamentos, tentando evitar que a situação fuja ao controle. Mas, há cerca de 10 anos, o Prefeito criou mais de 100 loteamentos incentivando o fluxo.

Já existem favelas em Santa Bárbara e para solucionar esse problema a Prefeitura está desenvolvendo uma experiência-piloto de desfavelamento do Jardim São Fernando, onde participam apenas as famílias já residentes.

"O Fundo Social organiza cestas básicas para que as famílias possam dispor do dinheiro da alimentação para comprar o material de construção, a fábrica de blocos da Prefeitura vende mais barato. A planta é cedida pela Prefeitura e o terreno é barato. Outro programa como esse do São Fernando será realizado em outro bairro da "Divisa", no Jardim Europa". (R., Prefeitura).

O problema das favelas, no entanto, não deve preocupar os agentes políticos da mesma maneira, segundo Político do Município:

"Se juntar todas as favelas de Santa Bárbara não dá uma rua daquelas favelas imensas em Campinas".

Além do setor têxtil, Santa Bárbara D'Oeste destaca-se no cenário regional e estadual por alocar importantes Usinas de Açúcar e Álcool. O Município possui três usinas em funcionamento: a Usina Santa Bárbara (a maior delas, com 3.600 funcionários fixos), a Usina Furlan (da família barbarenses Furlan) e a Usina Bom Retiro. Existe outra, a Usina dos Azenha, de propriedade dos Ometto, que está desativada; é usada como estoque de produção e material.

Vários foram os obstáculos encontrados para se obter entrevistas numa dessas usinas. Essa recusa em ajudar a pesquisa talvez se deva ao fato de que tem havido greves dos cortadores de cana, vindos do Vale do Jequitinhonha, reivindicando melhores salários e melhores condições de alojamento.

A migração sazonal é bastante comum na região. Estes grevistas faziam parte de um grupo de 600 mineiros contratados por empreiteira. Foram demitidos os "agitadores" e nenhuma das

reivindicações foi atendida. Houve muita repercussão dessas greves na região.

A Usina produz álcool, açúcar e leite de soja. Foi fundada a cerca de 100 anos pela família Romi; hoje é propriedade dos Ometto. No início do século funcionava como parque para a população barbarenses aos domingos.

De acordo com as entrevistas realizadas na Usina, a empresa trabalha principalmente com o pessoal de Santa Bárbara e com empreiteiras que trazem os cortadores de cana todos os dias de Capivari, Campinas e cidades vizinhas.

Porém, observou-se que a migração sazonal é também proveniente de outros Estados. A Usina possui três alojamentos (um deles no centro da cidade) para safristas - a safra dura de maio a dezembro - e a própria usina manda ônibus para Minas Gerais, Bahia etc, à procura de peões para a safra.

"... até aí eu trabalhava como ajudante dentro da usina. A gente fazia contrato de safra. De acordo de quanto fosse a safra [...] Então enquanto dure a safra é o contrato. Depois eu pegava, eles pagavam pra mim o direito que eu tinha e eu voltava pra minha terra. Eu ia e voltava". (A., Migrante de Ipaçu(Ba), morador da Colônia Santa Bárbara).

"É, bom, a gente é contratada pelo turmeiro, né, o Darci, mas pra Usina Furlan, que eles toca tudo pra Usina Furlan. Então a gente trabalha lá." Na seqüência perguntou-se: Essa Usina fica na área rural também? "É." E ela trabalhava com ... "cana". Mas ela trabalhava só com produção de álcool ou de açúcar também?"... acho que álcool e açúcar." Que tipo de transporte vocês usam para chegar ao local de trabalho? "Caminhão." (M., migrante do Interior de SP, trabalhadora da Usina Furlan e moradora do Jardim São Fernando)

"Aí eu consegui esta casa aqui. O supervisor meu conseguiu a casa para mim [...] Aqui eu só pago luz. E tem muita gente querendo casa. A empresa tem em torno de 7 mil funcionários e aqui na vila não deve ter nem mil pessoas. Agora, eles tem outras fazendas ... mas só sei que aqui não tem 500 casas [...] Qualquer um aí que seja bom aí, seja um bom funcionário [...] depende muito do peão, que tenha força de vontade de procurar aprender alguma coisa, no fim ele se torna profissional. Então o serviço que eu fiz aí pode não valer nada para mim, mas para a Usina vale alguma coisa. Então eles achavam que precisavam de mim e justamente na época agora, no ano passado, tinha destilador muito mais velho do que eu e que ganhava muito mais do que eu também. [...] aí foi quando eles estavam prevendo mandar este pessoal embora aí surgiu esta casa aqui". (B.F., Migrante de MG - Bueno Brandão, trabalhador da Usina Santa Bárbara e morador da Colônia D^a Yolanda).

No contexto regional, Santa Bárbara D'Oeste desempenha papel importante na economia seja pelo setor têxtil como pelo setor agrícola. A chegada de migrantes ainda representa para o município reflexos desse crescimento econômico, sendo que a migração pendular que se estabelece,

principalmente entre Americana e Santa Bárbara, já indica os problemas emergentes dessas áreas dentro do processo de urbanização na região, particularmente quanto à questão habitacional.

Pôde-se observar que Americana constituindo-se num subcentro regional, recria sua própria "periferia", fazendo de Santa Bárbara D'Oeste, particularmente da "Divisa", uma "cidade-dormitório".

Município de Sumaré

Sumaré começou a ser ocupado em 1860 por plantações de café e, em pouco tempo, tornou-se reduto de negros que fugiam das fazendas da região. A vinda dos imigrantes italianos, no fim do século, também marcou profundamente o Município e grande parte da elite, hoje, possui sobrenomes da península. Em 1953, houve a emancipação de Campinas e, desde 1959, o Município era dividido em três distritos: a sede (89 Km²), Hortolândia (53 Km²), e Nova Veneza (67 Km²). Hortolândia foi emancipada em dezembro de 1991, hoje constituindo-se em mais um município da Região.

A identidade do Município, hoje, se estabelece através de sua relação com Campinas, ou seja, configura-se como uma cidade-dormitório. Tal função lhe é atribuída não pela ausência de um setor que absorva mão-de-obra, já que importantes indústrias localizam-se em Sumaré, mas porque sua população é composta, predominantemente, por uma mão-de-obra não qualificada que acaba sendo absorvida pelo setor terciário de Campinas.

"O pessoal que vem é mão-de-obra despreparada. As indústrias não absorvem quase nada. Eles vão roubar, ou vão para a construção civil, vai para a granja Ito, lá eles absorvem muita gente, principalmente menor de idade. Pessoal que não sabe o que fazer, vai pra lá". (J.R., Morador de Hortolândia).

Nas várias entrevistas com os agentes institucionais do município a mesma frase foi citada "a situação de Sumaré é caótica". Apesar de possuir a oitava arrecadação do Estado de São Paulo, a pobreza e as más condições em que vive a maioria da população são impressionantes. Apenas 25% das moradias têm ligação com a rede de esgoto, 65% são ligados à rede de água, 75% têm ligações elétricas e a pavimentação cobre 60% da sede e somente 20% o restante do município.

Sumaré apresentou na década 70/80 um crescimento populacional de 16% a.a., o maior registrado no Interior. Os migrantes que chegaram nesse período eram oriundos, principalmente, do Paraná e Minas Gerais.

"Algumas das cidades do Paraná, como Umuarama, devem ter fechado porque veio

todo mundo para cá". (M., Cartório de Hortolândia).

A grande concentração de migrantes no Município localiza-se no ex-Distrito de Hortolândia, composto por 87 bairros.

"A população de Sumaré é de 300 mil habitantes, sendo que 100 mil residem em Hortolândia. O Município tem 92 mil eleitores, dos quais 30 mil de Hortolândia. 70% dos eleitores de todo o Município são migrantes". (L. D., Administrador Regional de Hortolândia).

As estimativas da Fundação SEADE indicavam uma população de 343.515 habitantes em 1990. No entanto, os dados do Censo Demográfico de 1991 apresentaram uma população composta de 226.361 habitantes.

Segundo dados do Cartório Eleitoral de Hortolândia os migrantes recentes são oriundos, principalmente do Norte do Paraná, São Paulo e Campinas.

"Normalmente, são de outras regiões que passam pelas duas cidades [São Paulo e Campinas], não conseguem casa e acabam indo para Sumaré". (M., Cartório de Hortolândia).

O cadastramento eleitoral recente aponta que os migrantes vieram para Hortolândia, principalmente das cidades situadas à oeste do Estado de São Paulo e dos Estados do Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás e Alagoas.

O antigo Distrito de Hortolândia é bem próximo de Campinas e nele estão localizadas importantes indústrias como a IBM, 3M, Bendix, WABCO, Westfalia, Tema Terra etc.

"As pessoas chegam a Sumaré iludidas com o número de indústrias. Acreditam, a princípio, que não é difícil encontrar emprego numa delas, mas, aos poucos, vão percebendo que não é exatamente isso que acontece. Tais indústrias exigem mão-de-obra qualificada, o que não corresponde de fato. O que acaba acontecendo é que 50% desses indivíduos vão para a construção civil e a outra metade para o setor terciário de Campinas. Se você tomar o ônibus com esse pessoal de manhã, você vai ver que só 2 ou 3 descem na Bosh [situada na estrada que liga o ex-Distrito à Campinas], o resto vai trabalhar em obras e no comércio. De manhã, nos horários de pico, saem ônibus lotados, de 5 em 5 minutos, de Hortolândia para Campinas. Em Hortolândia existe a possibilidade de comprar um terreninho e construir a sonhada casa própria". (L.D., Administrador Regional de Hortolândia).

Estabelece-se um trânsito constante e diário de trabalhadores: funcionários qualificados vêm de Campinas para trabalhar nas indústrias de Sumaré e os operários sem qualificação acabam se dirigindo para o comércio, serviços e construção civil em Campinas.

"Muito dos migrantes vêm de Campinas por não poderem pagar mais aluguel. Alguns acabam pagando aluguel em pequeno lote. Continuam trabalhando no mesmo lugar e vêm para Sumaré só para dormir. Muitos têm toda a vida esquematizada em Campinas e não mantem nenhum tipo de ligação com a cidade. Fazem compras e vão ao médico em Campinas [geralmente procuram a PUCC e a UNICAMP] e, às vezes, nem conhecem o centro de Sumaré, ou mesmo de Hortolândia. Muitos só vêm para cá pagar impostos". (L.D., Administrador Regional de Hortolândia).

"Sumaré não tem condição. Às vezes aparecer um servicinho numa loja pra uma moça, pra uma pessoa encher um caminhão, ajudante, mas cadê a condução? Pra Sumaré tem que pegar duas conduções e pra Campinas é mais próximo daqui, pega só um. Pra Monte Mor tem que andar um tanto pra pegar o ônibus na avenida lá em cima". (F.P., morador de Hortolândia).

De fato, o Município de Hortolândia tem 87 bairros dispersos e todos sem esgoto. O Jardim Amanda, por exemplo, é um imenso loteamento de 12 mil lotes, ligado ao centro de Hortolândia por 5 Km de estrada de terra e sem transporte coletivo. A água acaba às 9 horas da manhã e só volta às 8 horas da noite.

"Esse bairro [Jardim Amanda] é habitado quase que só por gente vinda da Capital. A área foi loteada em 1982 e, por volta de 1984, os corretores lotavam ônibus em São Paulo e faziam visitas ao loteamento. É tão longe do centro de Sumaré que as pessoas vão sempre à Campinas, mas não conhecem o centro de Sumaré". (M., Cartório Eleitoral de Hortolândia).

Em 1989 iniciou-se o processo de emancipação de Hortolândia. Dentre os municípios emancipados em 1990, Hortolândia não foi levada à categoria de município. O projeto continuou na Câmara para votação em 1991, sendo aprovado em dezembro daquele ano. Pode-se dizer que esta reivindicação para emancipação do antigo distrito foi um movimento composto, principalmente, por migrantes.

Dentre os problemas vivenciados por Sumaré, nos últimos 5 anos, os movimentos de invasão têm sido crescentes. O primeiro movimento iniciou-se em 1986 e a invasão ocorreu em 1987. Já existem outros grupos de invasores, dentre os quais um deles encontrava-se, no ano do trabalho de campo, acampado no Jardim Adelaide, numa área verde da Prefeitura.

Segundo o Político do PT, o partido apoia esses grupos, mas não tem grandes influencias sobre eles:

"Aqui, por causa do caos que é essa cidade, as coisas acontecem muito rapidamente. Os movimentos sociais explodem quando ninguém espera. Há algum tempo, 8 famílias decidiram ocupar um pedaço de terra próximo à Anhanguera. Foi algo tão espontâneo e sem planejamento que nem se preocuparam em saber de quem era a terra. Alguns dias depois, tiveram que sair - os próprios vereadores do PT foram lhes explicar a situação, porque o terreno era de uma grande indústria". (J.F.S., Político do PT).

Porém, várias são as críticas ao PT nesse movimento de invasão:

"Os invasores são insuflados e organizados pelo PT e por um padre petista de Hortolândia, que eu não frequento mais a missa dele. Muitos são invasores profissionais e não moram na cidade. Será que é justo? E os vizinhos da invasão que trabalham a vida inteira para ocupar o terreno e construir a casinha? É certo que esse pessoal parte para esse tipo de iniciativa, porque a cidade não oferece nenhum benefício. Tenho sérias dúvidas a respeito da questão, seria necessário uma discussão mais ampla". (B.B., Membro da Comissão Pró-Emancipação).

A Prefeitura não pretende abrir nenhum loteamento. Na verdade, proibiu qualquer tipo de loteamento, para não atrair mais pessoas. Apesar disso, os migrantes continuam chegando, fugindo, principalmente, dos altos aluguéis de Campinas, que é o local onde trabalham. A impressão que se tem é que o caos é completo e a precariedade das condições de vida é tanto que a chegada não significa uma ameaça, como em Paulínia.

"As pessoas que chegam é tudo gente do campo, gente boa, não traz nenhum problema pra gente. O pessoal vem da roça e hoje em dia, a roça está muito ruim para quem não tem terra. A grande maioria está melhor em Hortolândia do que no local de origem". (L.D., Administrador Regional de Hortolândia).

Sumaré é conhecida como uma das cidades de maior índice de criminalidade do Estado.

"A violência em Sumaré é apavorante. Sumaré tem em média 2 assassinatos por dia. Os jornais só falam desses crimes. Nos bairros mais distantes, onde não há luz elétrica nas ruas, acontecem casos violentos todos os dias". (B.B., Membro da Comissão Pró-Emancipação).

"Esse é outro sintoma das más condições dos moradores. Quando o cara está lá na roça, plantando, é um cara normal, pacato. Todo mundo diz que o povo do campo é boa gente. E quando vem para a cidade, vira monstro? Ninguém vê que os atores nesses crimes são os mesmos agricultores tranquilos do interior. As condições de Sumaré tendem a piorar ainda mais porque a migração não parou, todo dia chega gente, e nada tem sido feito para resolver os inúmeros problemas". (J.F.S., Político do PT).

Nesse contexto, costuma-se associar a violência à chegada de migrantes na área. Sumaré é o exemplo perfeito para mostrar que esses movimentos migratórios ocorrem num contexto de deterioração da qualidade de vida urbana calcada na precariedade ou na ausência de políticas públicas que - traduzidas na forma de especulação imobiliária, problemas de saneamento básico, falta de transporte coletivo, violência etc. - configura um cenário onde crescimento populacional e pobreza sobrepõem-se com muita frequência.

Município de Campinas

Campinas constitui a capital regional dessa área. Foi o primeiro município do interior paulista a atingir a classe de tamanho de mais de 500 mil habitantes em 1980: 664 mil. Em 1991 chegou aos 846.084 habitantes, número bastante inferior ao esperado pela administração municipal que estimava 1,2 milhão de habitantes em 1990. De fato, a emergência do espaço urbano-metropolitano na região já indicava que o Município-sede não alcançaria essa cifra (BAENINGER, 1992). Configura-se como uma das principais cidades do Estado, alocando importantes indústrias, centros de pesquisa de desenvolvimento tecnológico e universidades.

A década 1970/80 registrou um acentuado aumento populacional no Município, quando a população praticamente dobrou em relação aos 300 mil habitantes de 1970.

"Eu gostava mais de Campinas. Atualmente não tem vantagem específica. Cresceu demais... Hoje é uma cidade grande". (L., Professor da UNICAMP, migrante de retorno, vindo de Brasília-DF).

O grande movimento migratório em direção à Campinas corresponde a um período de forte crise no campo, geada no Estado do Paraná e destruição de lavouras de café.

Campinas, em meados dos anos 70, reforçava seu parque industrial atraindo também esse contingente populacional. Os dados do Censo Demográfico de 1980 indicam que a migração interestadual era originária, principalmente, do Paraná, seguido de Minas Gerais e dos Estados do Nordeste. De acordo com o Cartório Eleitoral do Município, a maioria das transferências de títulos, nos anos 80, vieram do Estado do Paraná e Interior de São Paulo.

Os dados do Censo de 1980 já indicavam o aumento da migração proveniente do Mato Grosso do Sul e Rondônia, tendência que parece ter se acentuado, nos anos 80, em função de baixas expectativas apresentadas pelas fronteiras agrícolas dessas localidades.

"Eu fui pra Rondônia em 84 ... A gente tinha sonho de ter um sítio ... derrubamo mata, queimamo a mata ... Tudo que uma terra pode produzir a gente plantou ... Lá, a situação era péssima. Não tinha nada, nem estrada não tinha. Nada de recursos de vida ... Era mesmo fraco, né?" (M.R., Migrante vinda de Rondônia).

"... porque lá em Grandes Rios é roça. Hoje em dia tá dando pra quem tem sítio. Meio, meia e de centeiro não dá mais não. Então a gente procura a cidade que ganha mais, né?" (J.M.B.S.R., Migrante vindo do Mato Grosso do Sul).

A cidade cresceu rapidamente num período de dez anos. A proliferação de favelas foi a consequência imediata do déficit habitacional do Município, um dos maiores problemas de Campinas.

"Hoje, existem 85 núcleos de favelas na cidade, o que corresponde a cerca de 150 mil pessoas. Além disso, 8.500 famílias estão cadastradas no conselho das Sociedades Amigas de Bairro esperando uma vaga". (A.G., Político do PMDB).

Durante a administração de Magalhães Teixeira (ex-Prefeito), houve forte repressão à invasão de terras, com a administração petista (1988) explodiram de 15 a 20 invasões.

"Quando a administração petista acordar, talvez seja tarde demais. As invasões de terra são quase incontroláveis e as reservas da Prefeitura estão quase no fim. O próximo passo será a invasão de terrenos particulares e do governo estadual. Já existem algumas favelas formadas em terras particulares que já estão causando problemas. Por exemplo, o parque Parapanema, perto do estádio do Guarani, tem 258 barracos numa área da família Montenegro. Os proprietários já entraram na justiça e, provavelmente, vão conseguir reaver as terras. E para onde vai mandar toda essa gente?" (A.G., Político do PMDB).

"Sim, na administração do Magalhães Teixeira houve uma repressão muito grande à formação de favelas e ao crescimento das já existentes. Alguns moradores passaram a ter a tarefa de controlar o núcleo, impedindo que o número de famílias aumentasse exageradamente. Com a entrada do PT na Prefeitura, tal controle deixou de existir e cerca de 20 novos núcleos se formaram apenas em 89. Pelas próprias características do PT e por ter existido uma repressão ao processo durante a administração passada era normal que isso ocorresse. Esses 20 núcleos são resultado de invasões de terra da Prefeitura e novos movimentos estão sendo organizados. Um deles é no Jardim das Bandeiras. São feitos encontros semanais por 3 ou 4 meses para que as pessoas se organizem. Os participantes devem se inscrever e, quando muito, ficam numa lista de espera para uma nova invasão". (A.M., Político do PT, líder na organização da Assembleia do Povo).

A maioria da população residente nessas favelas veio do Estado do Paraná.

"Mas não enquanto origem, mas enquanto estágio de migração. Na verdade, a grande maioria que vem do Paraná é composta de mineiros, nordestinos e paulistas do Interior do Estado, que se dirigiram para as frentes de trabalho no Paraná e já estão de volta, expulsos pelas más condições de vida no campo. Algumas favelas na cidade têm verdadeiras concentrações de pessoas vindas do Paraná". (A.M., Político do PT).

"As pessoas continuam chegando em grande número do Paraná, Minas, Pernambuco, Ceará e Alagoas. A favela Nova América, por exemplo, é concentração de alagoanos". (A.G., Político do PMDB).

"Esse problema de desemprego é crônico no Nordeste, crônico mesmo. Ninguém está melhor, quem mora no Sul maravilha, não está melhor no Nordeste". (B.P., Moradora do Castelo, professora da UNICAMP).

Apesar das diferentes vertentes políticas, os agentes institucionais assim se posicionam quanto aos invasores:

"... esses invasores não são vagabundos, são vítimas de uma situação e é natural que procurem um canto para morar. Mas as consequências estão aí. Os maiores problemas de Campinas estão na área de habitação, em primeiro lugar, e depois transporte. A migração não vai cessar, por isso um grande investimento deveria ser feito aí". (A.G., Político do PMDB).

"As invasões constituem-se num processo natural dentro de um contexto onde nada é oferecido às populações que chegam, nem nada se faz para que a migração não seja necessária. A situação de Campinas tende ainda a se agravar. As pessoas continuam chegando em grande número e o Município tem um déficit de 40 a 60 mil habitações". (A.M., Político do PT).

Quanto à população:

"Eu acho que hoje a cidade grande é ilusão, porque é muito explorado o pessoal que vem prá cá. Se você tem emprego garantido você está bem, mas se vem para procurar, você vai ter várias decepções". (I.C.A., migrante vindo de Iturama-MG, morador de Nova Aliança).

Vários estudos realizados sobre o processo de favelização no Município de Campinas apontaram que essa população não vem diretamente para a favela, o que é confirmado por vereadores e assistentes sociais da Prefeitura.

"Em caso de seca ou geadas, que provoca uma forte crise na lavoura de determinada região, eles podem vir direto para as favelas. Mas o favelado é, geralmente, aquele

que por cerca de 2 ou 3 anos tenta pagar aluguel e, por fim, decide ir para a favela. Ao mesmo tempo, um importante fator é o convite ou o conselho de familiares e amigos que já moram numa favela. Nesse caso, é comum que uma família inteira se mude diretamente para a zona rural do Paraná, por exemplo, para o Paranapanema. Além disso, existe uma rotatividade em todos os núcleos. Pessoas entram e saem com muita frequência". (A.M., Político do PT).

"Normalmente, as pessoas que procuravam o CAMIM não se mudavam em seguida para a favela. Somente aqueles que têm parentes ou amigos em favelas vêm diretamente do local de origem para esses núcleos. Quem não tem vínculos na cidade passa pelo serviço e vai morar de aluguel ou em alguma pensão. Tempos depois, por não suportarem as despesas, muitos acabam morando em barracos, mas num estágio posterior à chegada na cidade". (M.I.S., Prefeitura).

Campinas vem expandindo seu crescimento de maneira acentuada também nos anos 80. Na década de 70 houve uma expansão considerável em direção à Via Anhanguera e Rodovia dos Bandeirantes, atualmente esse crescimento vem ocorrendo às margens da Rodovia Santos Dumont, que liga Campinas à Itu.

"Quércia vem incentivando a consolidação de um semicírculo entre Campinas e Sorocaba e a oferta de empregos nessa região aumentará, atraindo ainda mais migrante. Paralelamente, o ICMS será aumentado de 17% a 18%, sendo que esse 1% a mais, uma soma considerável, será dividido entre o Governo do Estado e o Município. Setenta e cinco por cento irão para o Governo Estadual, que os aplicará em habitação popular - em 1989, 200 mil unidades estavam previstas - e os 25% que cabem ao Município poderão ser aplicados onde a administração julgar necessário. Apesar de que isso não será suficiente para resolver o problema, mesmo porque um programa habitacional também é um poderoso atrativo para essa massa em trânsito". (A.M., Político do PT).

Com as informações da Secretaria de Transporte de Campinas pôde-se verificar que existem atualmente quatro polos de crescimento, que poderíamos denominar como **eixos de expansão** no município:

- ✓ o maior deles, que corresponde ao Terminal Ouro Verde, é a região do Jardim Aeroporto, Parque Universitário (em direção à Indaiatuba, Monte Mor);
- ✓ o segundo corresponde à região do Campo Grande, próximo à Pirelli e ao Campus II da PUCC;
- ✓ o terceiro é a região do Jardim Leonor, Nova Europa e Iporanga;
- ✓ o quarto é a região de Barão Geraldo;

Além do eixo mais antigo que é o da Anhanguera/Bandeirantes que se estende de Valinhos a Limeira.

"As linhas de ônibus estão aumentando nessas direções, a cidade não está crescendo para esses lados, está explodindo!" (M., SETRANSP).

"A região de Campo Grande está crescendo muito e a do Terminal Ouro Verde. Comparando os mapas da cidade, os loteamentos que surgiram e os setores censitários do IBGE, tenho certeza que o Campo Grande vem crescendo mais". (T., Secretaria do Planejamento).

"Já que Hortolândia e Sumaré já estão inchados, os migrantes que procuram Campinas tenderão a se estabelecer em Monte Mor, Indaiatuba e Itú, seguindo a direção do semicírculo de indústrias, até Sorocaba". (A.M., Político do PT).

A prefeitura possui um serviço de atendimento ao migrante - o Centro de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (CAMIM). Para essa instituição, migrante é aquele que vem para Campinas como intuito de aqui permanecer, e itinerante é quem só está de passagem e pretende se estabelecer em outra cidade.

No ano de 1989, 9.324 pessoas procuraram o CAMIM, sendo que 68% eram itinerantes, 30% migrantes e 2% de mendicantes. Dessa população, 70% vieram só e 30% com a família; 41% tinham de 31 a 50 anos e 35% de 19 a 30 anos; 25% vieram de outros estados, 41% de outras cidades do Estado, 22% da cidade de São Paulo e 12% eram de Campinas (mesticantes recolhidos).

Considera-se o último local por onde passou o migrante, não importando se ali ficou um dia ou um ano. Por isso, a maioria das respostas aponta Bauru, Ribeirão Preto e Jundiaí, cidades que têm serviço de atendimento a essas pessoas em trânsito e que cedem passes para viagem. Bauru, por exemplo, é um entroncamento ferroviário, assim como Jundiaí.

"Aí eu fiquei de Bauru a Campinas, Campinas-Bauru, Bauru-Campinas, direto. Ficava um pouco lá, um pouco aqui ... eu estou definitivamente aqui, agora ..." (E., Migrante vindo de Bauru, morador do Jardim Aliança).

Dentre as pessoas que vieram dos outros estados, 32% vem de Minas Gerais, 20% do Paraná e 11% do Mato Grosso.

"Daqueles que passam pelo CAMIM, 450 permanecem, em média, por ano na cidade. Este também não é um dado muito confiável porque significa apenas que 450 pessoas não pedem novos passes para viagem, mas, podem, por exemplo, conseguir dinheiro e ir embora depois de uma semana". (S., CAMIM).

De acordo com os dados do CAMIM, Campinas tem recebido, em maior número, mineiros,

paranaenses e mato-grossenses (do Norte e do Sul), tendo crescido desde 86, o número de migrantes de Rondônia, muitos já numa migração de retorno.

"É, voltamos por não ter melhoria de vida lá. Porque não tinha escola pras crianças estudá. Não tinha recurso assim, sobre doença [...] Então [...] dinheiro, porque a gente plantava e não tinha dinheiro, porque o povo não comprava". (M.R., Migrante de retorno, vindo de Rondônia).

"Eu mudei daqui para Xinguará(PA), mas eu tinha terreno fora daqui, no Parque São Jorge, ... Vendi tudo e fui embora para lá, só que o que eu levei, não consegui trazer a metade". (I.C.A., morador de Nova Aliança - migrante de retorno vindo de Iturama-MG).

Esse serviço da Prefeitura dá pouso, alimentação e cuidados médicos, além de encaminhar os atendidos para outros destinos, fornecendo passes ou indicando emprego. O CAMIM distingue o migrante do itinerante, mas os vê fatalmente dentro de um processo de rota de mão-única que termina na mendicância. Os indigentes são os "clientes crônicos", na maioria, alcoólatras.

"... esse percurso é visível nos vários retornos de um mesmo migrante ao CAMIM. Eles perdem as raízes e os vínculos familiares nessas idas e vindas. Começam a beber, ficam doentes, por causa das más condições de vida, procuram remédios, muitos se viciam ou nas drogas ou na bebida e acabam se tornando verdadeiros doentes mentais". (M.I., Prefeitura).

Antes da inauguração do CAMIM (1989), existia a Sociedade Amiga dos Pobres (1979), entidade responsável pelo atendimento dessa população, conveniada com a Prefeitura, Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), o Governo do Estado e uma sociedade filantrópica particular. Na administração petista, o serviço foi municipalizado e recebe apoio da FEAC e do Governo do Estado.

Torna-se muito importante ressaltar que nesse processo de intensa chegada de migrantes ao município não ocorre apenas a migração da pobreza. É certo que esse tipo de movimento migratório é majoritário, dado que grande parcela da população brasileira encontra-se em precárias condições de vida.

Campinas, entretanto, recebe uma migração de mão-de-obra de alto nível para trabalhar em suas universidades e nas indústrias de ponta. Além disso, os estudantes da UNICAMP e da PUCR constituem força de trabalho rapidamente absorvida pelos centros de pesquisa e de tecnologia e acabam se estabelecendo na cidade.

"Prá Campinas eu vim devido ao fato de na universidade eu ter passado aqui [...] uma opção de faculdade e não de cidade [...] continuei aqui até hoje. [...] devido a minha atividade não teria campo [...] prá voltar para uma cidade pequena [...]" (S.S.T., migrante vindo de São Paulo-SP, Engenheiro Elétrico).

"Aí em 87 eu vim prá cá, em julho, agosto, a mesma época que eu cheguei dos E.U.A. [...] prá trabalhar no Instituto Agrônômico. [...] acho que Campinas tem tudo a ver comigo". (P.G., Migrante vindo de Piracicaba-SP, morador do Bairro Guanabara, Engenheiro Agrônomo).

"Se você é engenheiro com doutorado, ou você está na universidade ou em pouquíssimas firmas que fazem pesquisa nesse nível". (L., Migrante vindo de Brasília-DF, professor da UNICAMP).

"Vim prá estudar [...] eu trabalhei com pesquisa, na UNICAMP. Mas eu também dei aula. Trabalhei no CEFES [...]" (A.M., Migrante vinda de Recife, Assessora do Prefeito).

O intenso processo de urbanização na Região reforçou a tendência a novos movimentos populacionais. A migração pendular é bastante forte na área, diferenciando-se, no entanto, quanto sua direção e sentido. De Campinas, por exemplo, partem ônibus executivos com direção à São Paulo diariamente, estabelecendo-se um vai-e-vem da classe média que encontra em Campinas melhores condições de habitação e de vida. Por outro lado, são intensos os movimentos pendulares oriundos das cidades como Sumaré, Paulínia e Valinhos, com destino à Campinas, movimentos caracterizados por uma mão-de-obra não qualificada, geralmente inserida no setor terciário, que consegue habitação nesses municípios.

Desse modo, convive-se no município com várias modalidades migratórias desde a migração característica de países subdesenvolvidos (migração originária de áreas decadentes para os centros mais desenvolvidos) até uma migração típica de países desenvolvidos (migração de mão-de-obra altamente qualificada), ambas impulsionadoras do dinamismo municipal e regional.

Campinas parece se constituir na **porta-de-entrada** dos movimentos migratórios interestaduais que têm como referência o interior paulista. As possibilidades de absorção da mão-de-obra sem qualificação, no entanto, têm se mostrado cada vez mais reduzidas; a crise econômica, a crise habitacional e a deteriorização das condições de vida da população, de um modo geral, tem agravado o quadro dessa população migrante de baixa renda que não encontra mais na "cidade grande" a saída para "melhorar de vida". O mito da "cidade grande" não tem mais o mesmo sentido que há duas décadas atrás. De fato, com o resultado do Censo Demográfico de 1991, pôde-se

constatar que, diferentemente do que previam as projeções populacionais, os municípios de pequeno porte (menores de 20 mil habitantes) e intermediários (20 a 50 mil habitantes) apresentaram uma recuperação e, em alguns casos, uma inversão em sua tendência demográfica, registrando taxas de crescimento populacional positivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do Censo Demográfico de 1991 reforçaram a tendência metropolitana da Região de Campinas. O Município-sede continuou a exibir menor participação relativa no total populacional bem como taxa de crescimento menor que a dos municípios do entorno.

A discussão recente propõe a criação da área que será denominada como Região Metropolitana de Campinas. Segundo a proposta da EMPLASA (1990) esta região seria composta por 13 municípios, a saber: Americana, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Monte Mor, Nova Odessa, Jaguariúna, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Estudo da Prefeitura Municipal de Campinas (1991) propõe a inclusão de Artur Nogueira e Santo Antônio da Posse. Até o momento não foi estabelecida a área metropolitana de Campinas e seus respectivos municípios. A proposta mais recente da EMPLASA (1992) aponta para a inclusão de 33 municípios na composição da primeira metrópole do Interior.

Do ponto de vista da dinâmica migratória e do lugar do migrante na região vale ressaltar algumas considerações.

A Região de Campinas constitui uma das áreas mais urbanizadas e industrializadas do interior paulista. Nesse sentido, tem convivido de maneira marcante com as novas modalidades migratórias: a migração pendular, sazonal, de retorno e urbana-urbana. O processo de interiorização da indústria e o desenvolvimento de grandes complexos agroindustriais contribuíram fortemente para as características que a Região hoje assumiu, particularmente, enquanto importante polo econômico-populacional.

O final dos anos 80 e início da década de 90, no entanto, indicaram alterações no ritmo de crescimento econômico da Região. Os sintomas da crise refletem-se no desemprego, no fechamento de importantes estabelecimentos industriais, no decréscimo do ritmo de produção agrícola, principalmente, em decorrência da política de exportação e de problemas na produção de cítricos e no Programa do Alcool, além do agravamento das questões sociais.

Dentre as diretrizes da política econômica nacional, o fim das políticas de incentivos regionais atingirá de forte maneira as regiões mais carentes, contribuindo para deslocamentos populacionais

para a Região de Campinas. Ao mesmo tempo, a diminuição do peso do Estado na economia trará o efeito de limitar a capacidade de intervenção do poder público estadual e federal nas áreas de saúde, educação, habitação etc, ficando para o poder público municipal uma sobrecarga de demandas sociais (SEMEGHINI, 1991; ESCRITÓRIO REGIONAL DE PLANEJAMENTO, 1991).

Na verdade, já nos anos 80, iniciara-se progressiva desagregação do Estado planejador e perda da capacidade do poder público gerar e implementar políticas sociais. "Do ponto de vista da questão migratória, cabe assinalar o quase desaparecimento das agências voltadas para o planejamento territorial. Na última reforma, a questão migratória foi colocada no âmbito do Ministério da Ação Social" (VAINER, 1991, p. 8).

Nos anos 70, o planejamento territorial integrado, com a forte presença da intervenção estatal, incidiu sobre o processo de redistribuição de população no País, através da política de desenvolvimento regional, política urbana, política de colonização e da própria política de migração interna (MARTINE, 1989; VAINER, 1991). Até esse período, pode-se dizer que, para o Estado, a migração era tida como importante elemento integrador dos espaços vazios à sociedade nacional, fator de expansão e crescimento industrial e, ainda, fator de consolidação de fortes economias regionais. A chegada de migrantes representava a prosperidade econômica de determinada área (BAENINGER, 1992).

Recentemente, a questão migratória, alocada no Ministério da Ação Social, "expressa o sentido que o Estado confere hoje as populações que circulam no território [...] o migrante e as migrações configuram-se do ponto de vista de políticas globais, enquanto pura questão social." (VAINER, 1991, p. 9).

É nesse contexto que se reforça o preconceito frente ao migrante contra o qual ações municipais isoladas configuram uma política de autodefesa. Nos municípios estudados pôde-se constatar que essa realidade é bastante marcante. Vainer destaca que "as municipalidades mais prósperas e organizadas encontram-se em melhores condições de **se defender** dos migrantes, impedindo sua entrada. As grandes metrópoles - pela dimensão e pelas várias **portas de entrada** - e as municipalidades mais pobres - pela incapacidade financeira e técnica de organizarem serviços do gênero - tenderiam a ser, cada vez mais, território depósito, única e última alternativa de localização para populações cada vez mais errantes" (VAINER, 1991, p. 10).

Porém, mesmo em cidades como Sumaré, onde a situação é bastante caótica e a precariedade das condições de vida é enorme, observou-se rejeição ao migrante.

Assim, pôde-se observar através das entrevistas institucionais e, particularmente, das

domiciliares que os fragmentos da vida cotidiana, precária e ameaçadora, registradas nas verbalizações apresentadas, apontam os conflitos emergentes e a luta pela sobrevivência de grupos migrantes num espaço desigual.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO FILHO, J. R. O café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, SP, n. 23, 1956.
- BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do polo industrial paulista. 1992. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.
- _____. Dinâmica econômica, população e expansão urbana em Campinas. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE BOLSAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1989, Friburgo. **Anais...** 1989.
- BUSSAB, W. O. et al. **Perfil da indústria no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1987.
- CANO, W. (Coord.) **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988. (Coleção Economia-Paulista).
- CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Processos migratórios: uma perspectiva regional. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 3, n. 3, 1989.
- EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S.A.- EMPLASA. **Organização Regional**: Grande São Paulo, Campinas e Santos. Proposições e Fundamentos. São Paulo, SP, maio/jun.1990. (Mimeo).
- FIGUEIRA DE MELLO, F. Formação histórica de Campinas: breve panorama. In: Prefeitura Municipal de Campinas. **Subsídios para a Discussão do Plano Diretor**. Campinas, SP, 1991.
- FUNDAÇÃO SEADE. Migração no interior do Estado de São Paulo. **Informe Demográfico 23**, São Paulo, SP, 1990.
- _____. **O processo de interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, SP, 1988. (Coleção Economia Paulista).
- LAPA, J. R. A. História de Campinas: tarefa para os próximos dez anos. **Revista de História**, São Paulo, SP, jun./set.1976.
- MARTINE, G. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 1, n. 2, 1987.
- MÜLLER, G. **A dinâmica da agricultura paulista**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, v. 2, 1985. (Série São Paulo 80).
- PACHECO, C. A.; SEMEGHINI, U. **A interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo: os casos de Campinas e Araraquara**. Campinas, SP: Convênio FECAMP/UNICAMP, 1987. (Relatório Parcial de Pesquisa).
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Movimentos migratórios: novas características, novas indagações. In: ENCONTRO DA ANPUR, 3., 1988, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** ANPUR, 1988.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Subsídios para o Plano Diretor**. Campinas, SP, 1991.
- SEMEGHINI, U. **Uma cidade e seu tempo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- _____. Desenvolvimento econômico da Região. **Plano Diretor Municipal - I Ciclo de Debates**. ERP/CAR/SEPLAN, 1991.
- _____. **Campinas (1960 a 1980): agricultura, indústria e urbanização**. 1988. 289f. Dissertação

(Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988.

SINGER, P. **Urbanización y recursos humanos**: el caso de San Pablo. Buenos Aires: SIAP, 1973.

TAUBE, M. J. **De migrantes a favelados**: estudo de um processo migratório. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1986.

VAINER, C. B. **Políticas migratórias no Brasil**: origens, trajetórias e destinos (um roteiro para discussão no Grupo de Trabalho sobre Migrações). Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 1991. (Trabalho apresentado na Reunião dos Grupos de Trabalho da Associação Brasileira de Estudos Populacionais).

ANEXO 1

Síntese das informações obtidas nas Prefeituras – Migração Região de Governo de Campinas

Questões	Origem dos Migrantes	Informações da Década de 80	Órgão de Cadastramento dos Migrantes	Localização Espacial dos Migrantes	Inserção dos Migrantes nas Atividades Econômicas
Americana	Nordestino	Palestina (PE)	Secretaria de Promoção Social	Periferia (divisa c/Sta. Bárbara)	Ind. Têxtil e Confeções
Artur Nogueira	Sem informação	Não sabe	Secretaria de Promoção Social	Sem informação	Sem informação
Cosmópolis	Norte do Paraná Sul de Minas Nordeste	Paraná Minas Nordeste	Secretaria de Promoção Social	Jd. Ester	Trabalhadores Braçais e na Construção Civi
Indaiatuba	Norte do Paraná	Paraná	Secretaria de Promoção Social	Jd. Tancredo Neves e Morada	Lavoura e Cerâmica
Itapira	Paraná Sul de Minas Malachea (BA)	Minas, Paraná Alagoas, Pernambuco	Secretaria de Promoção Social	Vila Isabel e Jd. Raquel	Corte de Cana (bóias-frias)
Jaguariúna	S. J. Rio Preto Paraná	S. J. Rio Preto	Secretaria de Promoção Social	Zona Rural e Periferia da Zona Urbana	Cerâmica
Mogi-Guaçu	Norte do Paraná Sul de Minas	Paraná Minas	Dep.de Promoção Social e Albergue da Cidade	Zona Rural	Construção Civil, Colonos Cerâmica
Mogi-Mirim	Norte do Paraná Sul de Mina	Paraná Minas	Dep.de Promoção Social	Periferia da Cidade	Bóias-frias
Monte Mor	Sul de Minas	Ceará	Dep.de Promoção Social	Zona Rural e Loteamentos Clandestinos	Agricultura e Industria
Nova Odessa	Paraná Minas Nordeste	Paraná Minas Nordeste		Jd. São Manuel, Jd. Marajoara, Jd. Lopes Jd. Conceição	Bóias-frias
Paulínia	Paraná, Norte, Nordeste	Paraná, Minas, Nordeste	Dep.de Promoção Social	Jd. Morro Alto Jd.Nosso Teto	Indústria e Construção. Civil
Pedreira	Norte do Paraná	Norte do Paraná	Secretaria de Promoção Social	Jd. Andrade Jd. Triunfo	Cerâmicas
S. Bárb. D'Oeste	Araraquara, Jales, Fernandópolis, Minas, Mato Grosso, Paraná	Paraná, Jales, Minas, Mato Grosso, Fernandópolis	Dep.de Promoção Social	Jd. Pérola, Jd. Brasília, Jd. Europa, Jd. Esmeralda	Indústria Têxtil e Bóias-frias
S. Ant ^o de Posse	Norte do Paraná, Sul de Minas, Nordeste, Norte	Norte do Paraná	Dep.de Promoção Social	Zona Rural	Colonos

Sumaré	Norte do Paraná Sul de Minas, Nordeste	Paraná, Minas Nordeste	Dep.de Promoção Social	Hortolândia	Construção Civil
Valinhos	Norte do Paraná	Paraná	Dep.de Promoção Social	Jd. Colônia	Caseiros, Jardineiros
Vinhedo	Norte do Paraná	Paraná	Dep.de Promoção Social	Periferia	Serv. Braçais na Ind. Construção Civil

REGIÃO DE GOVERNO DE REGISTRO

Isilda Rodrigues*
Carla A. Soares**



*Mestranda do Programa de Pós-Graduação do IFCH-UNICAMP

**Bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq - 1989/1990, DAEP/FSEADE

Equipe

Coordenadora

Neide Lopes Patarra

Coordenadora Adjunta

Lúcia M. Bógus

Coordenadora da Região de Governo de Registro

Izilda Rodrigues

Supervisora de Campo

Elaine Mischiatti

Auxiliar de Pesquisa

Carla Andréa Soares

RESUMO

A Região de Governo de Registro apresenta características peculiares em sua dinâmica interna, o que a distingue de outras Regiões de Governo do Estado e torna interessante seu estudo. O território desta Região apresenta áreas de preservação ambiental e o solo não é propício para extensas culturas. Ao mesmo tempo, não é uma Região de grande expressão industrial ou mesmo comercial no contexto estadual. Dessa forma, esta Região é uma das mais carentes do Estado de São Paulo, com infraestrutura insuficiente e sério impasse entre as áreas de reserva e a questão fundiária não resolvida, como regularização de terras devolutas e invasão de posseiros mesmo nas áreas de proteção ambiental. Sendo assim, estes fatores são apontados como barreiras para o crescimento econômico da Região.

ABSTRACT

Registro Government Region shows peculiar characteristics in its internal dynamic which distinguish it from other Government Regions in the State, therefore this study is interesting. This Region territory shows environmental preservation areas, and the ground isn't favourable for wide cultivation. At the same time, it isn't a great industrial expression Region or even commercial in the state context. In this case, this Region is one of the poorest in São Paulo State. This is due to insufficient substructure and serious impasse among reserv areas, as well as occupation land question, that hasn't been resolved, like invasion even the environment preservation areas. Therefore, these points are indicated like barriers for the economic development in this Region.

REGIÃO DE GOVERNO DE REGISTRO

INTRODUÇÃO	63
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	64
COMPONENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL.....	68
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA DÉCADA DE 70	71
PESQUISA DE CAMPO.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

A Região de Governo de Registro(RG) é produto da subdivisão, em 1984, da Região Administrativa(RA) do Litoral. A RA do Litoral era formada pelas sub-regiões de Santos, São Sebastião e Vale do Ribeira. Constituíam-se numa região heterogênea na sua totalidade, onde cada uma das sub-regiões apresentava especificidades no tocante à dinâmica econômica e ao processo de ocupação espacial.

A Região do Litoral configurou-se como o ponto inicial de povoamento do Estado de São Paulo, em função do processo de colonização da então Província, constituindo-se em ponto de entrada para o Interior e importante porto para a circulação de mercadorias, particularmente a Região de Santos. A Região do Vale do Ribeira apresentava características bem distintas se comparada com as demais sub-regiões que compunham a RA do Litoral.

Na RG de Registro tem-se, em 1940, a predominância da população rural e das atividades agrícolas, sendo estas mais expressivas se comparadas à outras RGs e, desta forma, não correspondendo à caracterização original da Região do Litoral.

Esta Região manteve a concentração populacional na área rural até a década de 70 quando, por fim, a população urbana superou um pouco a rural, alcançando 55,4% e 44,6%, respectivamente. Até o final do século XIX, a Região de Registro teve certo destaque através da rizicultura, devido às suas áreas de várzea, voltada ao mercado europeu e latino-americano. Simultaneamente, a cana-de-açúcar ocupava a posição de principal produto agrícola de grande investimento econômico.

A grande cotação internacional do café, entre outros aspectos, tornou a economia, principalmente no Estado de São Paulo, voltada para este produto, destinado à exportação. Como decorrência, a subvenção estadual ao arroz sofreu grande corte, influenciando e impedindo a reorganização do Vale em termos de produção, pagamento de mão-de-obra, escoamento e comercialização. Enfim, a região entrou em fase de estagnação, subordinada à hegemonia do café, incorporando-se no início deste século à economia do Estado, principalmente, através da cultura da banana e do chá.

Por outro lado, a expansão e exportação, do café foi um dos fatores que propiciou a dinamização da RA do Litoral, principalmente na RG de Santos devido a maior movimentação do porto, que consolidou-se como entreposto comercial. A urbanização desta área foi subsequente. Paralelamente, o turismo crescente na Baixada Santista e no Litoral Norte, a imigração e a colonização japonesa para o Vale do Ribeira também desempenharam papel significativo para a ocupação desta região como um todo.

Atualmente, a RG de Registro é composta pelos municípios de Barra do Turvo, Cananéia, Eldorado, Iguape, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Parquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras. Trata-se de uma região caracterizada como uma das áreas mais carentes do Estado. Segundo os dados obtidos junto à Prefeitura de Registro, 75% das terras, nesta região, têm vocação florestal, 12,5% são várzeas inundáveis e, somente, 12,5% são terras aptas para o uso agrícola, sendo as duas últimas agricultáveis, com o uso de técnicas adequadas.

De acordo com os dados do Censo de 1980 a parcela mais expressiva da População Economicamente Ativa (PEA) regional apresentava-se concentrada no setor primário, 42,3%, correspondendo ao setor secundário e terciário uma participação de 20,4% e 37,2%, respectivamente. Assim, o elevado percentual da PEA no setor primário confirma o perfil agrário de Registro. Ressalte-se que, também, nesta região denominada de "cinturão verde" (RODRIGUES, 1986), destaca-se, em menor proporção, a produção de hortaliças destinadas à região da Grande São Paulo.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Acompanhando a evolução populacional desta região, de 1940 a 1991 (Tabela 1), observa-se que de uma população de 73.353 habitantes em 1940 passou para 185.562 em 1980, representando um incremento de 152,97% nesses quarenta anos. Este aumento populacional, no entanto, foi bem inferior se comparado com o do Estado que foi da ordem de 248,74%, nesse período. Em 1991, a RG de Registro chegou aos 226.938 habitantes.

TABELA 1 - Evolução da população total -Região de Governo de Registro e Estado de São Paulo 1940/1991

ANO	REG. DE GOV. DE REGISTRO		ESTADO DE SÃO PAULO		RG/ESTADO
	Total	Decenal (%)	Total	Decenal (%)	(%)
1940	73.353	28,86	7.180.316	27,21	1,02
1950	94.522	12,08	9.134.423	40,46	1,03
1960	105.939	30,16	12.829.806	38,52	0,83
1970	137.893	34,57	17.771.948	40,90	0,78
1980	185.562	22,30	25.040.712	24,57	0,74
1991	226.938		31.191.970		0,73

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1991.

Na década de 40, o crescimento populacional verificado para Registro não se distanciava muito

do ocorrido no Estado, sendo o incremento da região superior ao do total estadual: 28,9% e 27,2%, respectivamente. Na década de 50, este quadro reverteu-se devido à acentuada ocupação do Interior paulista e ao desenvolvimento do setor secundário no Estado. O incremento populacional da RG de Registro foi de 12,1%, muito aquém daquele obtido pelo Estado: 40,46% neste mesmo período. Posteriormente, na década de 60 esta diferença diminuiu, passando a um aumento de 30,2% a população da Região e 38,5% a do Estado. O acréscimo populacional entre 1970/80 para Registro e para o Estado de São Paulo foi de 34,6% e 40,9%, respectivamente, demonstrando que a região vinha retomando, embora em patamares menores, o ritmo de crescimento.

No entanto, segundo dados preliminares do Censo de 1991, é possível observar uma nova queda neste ritmo; o incremento decenal da RG que em 1980 foi de 34,57%, em 1991 alcançou apenas 22,3%, refletindo também a diminuição no ritmo de crescimento do Estado em seu conjunto.

As taxas de crescimento populacional apontam, a partir dos anos 60, maiores níveis, passando de 1,15% a.a., na década de 50, para 3,01% a.a., na de 70. Esta elevação se deveu fundamentalmente, ao crescimento urbano verificado na RG e também à chegada de migrantes, em 1960, para a construção da BR-116 e que acabaram permanecendo na região. A população urbana cresceu de forma acelerada entre 1940 e 1980, apresentando uma taxa de crescimento de 4,12% a.a. no início do período e aumentando para 8,2% na década de 70 (Tabela 2).

TABELA 2 - Taxas de crescimento populacionais segundo a situação domiciliar (a.a.%) - Região de Governo de Registro - 1940/1991

PERÍODOS	URBANO	RURAL	TOTAL
1940/50	4,12	2,29	2,57
1950/60	5,93	0,09	1,15
1960/70	5,37	1,54	2,67
1970/80	8,20	0,96	3,01
1980/91	*	*	1,85

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Nota: (*) Informações ainda não divulgadas.

Este incremento da população urbana deu-se com maior intensidade nos municípios de Registro, Cananéia, Jacupiranga e Pariquera-Açu, na década de 70/80. O município de Registro, que concentra o maior setor terciário da região, recebeu na sua zona urbana (de um total de 16.248 migrantes) 43,7% de migrantes provenientes de outras zonas urbanas e 32,35% das zonas rurais.

Jacupiranga - município onde se localiza o centro industrial da região (Cajati) - possui um pequeno centro urbano próximo a estas indústrias, sendo que de um total de 10.227 migrantes

recebidos, 46,1% fizeram deslocamentos no sentido urbano-urbano e 23,3% mudaram de áreas rurais para urbanas. Em Pariquera-Açu, município que apresenta atividades diversificadas quanto à agricultura, dos 4.171 migrantes recebidos, 35,7% fizeram deslocamentos no sentido urbano-urbano e 23,3% saíram de áreas rurais dirigindo-se para a área urbana. Cananéia também registrou um percentual relativamente alto de migrantes vindos de centros urbanos para a sua pequena área urbana, 59,8% de um total de 2.398 migrantes. Contudo, se comparado a outros municípios paulistas e mesmo em termos absolutos, o volume de migrantes mostrou-se pequeno. Pode-se observar que os deslocamentos populacionais entre áreas urbanas (U-U) apresentaram-se significativamente mais expressivos do que aqueles registrados de áreas rurais para urbanas (R-U), apontando as novas características que o processo de urbanização vem apresentando no Estado de São Paulo.

Por outro lado, embora a Região de Registro tenha se caracterizado como uma região predominantemente rural, no decorrer destas quatro décadas, a população rural registrou taxas de crescimento bastante inexpressivas. Nos anos 40, esta taxa apresentou-se elevada, 2,29% a.a. e no período 50/60, tornou-se negativa, ou seja, da ordem de 0,09% a.a. (Tabela 2). Os anos sessenta foram marcados por uma recuperação da população residente nestas áreas rurais, em função das novas culturas agrícolas implantadas na região, o que resultou em uma taxa de crescimento de 1,15% a.a., neste período. Convém destacar, no entanto, que essas alterações não foram suficientes para reter a população rural da região, fato que se confirma através da taxa de crescimento deste contingente populacional que foi de -0,96% a.a. no período 70/80.

No que tange aos deslocamentos populacionais, verificou-se que em alguns municípios como Eldorado, Pedro de Toledo e Sete Barras predominaram os fluxos migratórios no sentido rural-rural, havendo deslocamentos bem menos expressivos de áreas urbanas para rurais.

A RG de Registro apresenta algumas especificidades quanto à dinâmica populacional nos municípios que a compõem. O município de Pedro de Toledo que contava, desde os anos 50, com uma população pouco significativa (4.579 habitantes), apresentou, na década 70/80, uma população de 6.056 habitantes, registrando, porém, uma taxa de crescimento populacional negativa, de 0,06% a.a., neste período.

O município de Cananéia apresentou significativo aumento populacional. Em 1960/70 apresentou uma taxa negativa de crescimento, em torno de 1,36% a.a., revertendo para 2,42% a.a., na década 70/80. Os municípios de Itariri e Pariquera-Açu, que contavam com taxas de crescimento de 0,89% e 3,65% a.a. na década 60/70, registraram acréscimos significativos nessas taxas no período 70/80: 2,59% a.a. e 3,78% a.a., respectivamente. Por sua vez, os municípios de Miracatu e Sete Barras

apresentaram um arrefecimento no seu ritmo de crescimento. Miracatu com uma taxa de 2,58% a.a., em 60/70, passou para 2,07% a.a., na década de 70/80, e Sete Barras com 4,59% a.a. diminuiu para 2,03% a.a. no mesmo período.

Os municípios de Registro e Jacupiranga experimentaram as maiores taxas de crescimento. Registro, que já possuía na década 60/70 uma taxa de crescimento de 4,77% a.a. apresentou uma elevação nesta taxa na década 1970/80, passando para 4,88% a.a. Isto se deveu, provavelmente, à concentração de atividades comerciais, financeiras, agrícolas e de prestação de serviços neste local. Já o município de Jacupiranga revelou um crescimento substancial de sua população, elevando sua taxa de crescimento de 1,40% a.a. em 60/70 para 5,79% a.a. em 70/80. Associa-se esta nova dinâmica de crescimento à expansão da indústria que lá se localiza, principalmente, no seu distrito de Cajati.

TABELA 3 - Evolução da população regional e taxas de crescimento - Região de Governo de Registro 1960-1991

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO				TAXAS DE CRESCIMENTO		
	1960	1970	1980	1991	1960/70	1970/80	1980/91
Barra do Turvo	-	3.980	4.885	7.090	0,00	2,70	3,44
Cananéia	6.973	6.080	7.726	9.905	1,36	2,42	2,28
Eldorado	11.005	10.845	11.300	13.099	0,15	0,41	1,35
Iguape	15.457	19.211	23.373	27.877	2,20	1,92	1,61
Itariri	6.692	7.315	9.450	11.582	0,89	2,59	1,87
Jacupiranga	14.162	16.270	28.559	37.912	1,40	5,79	2,61
Juquiá	9.598	12.649	15.161	16.153	2,80	1,83	0,58
Miracatu	10.962	14.138	17.360	18.959	2,56	2,07	0,80
Pariquera-Açu	5.452	7.806	11.309	13.169	3,65	3,78	1,39
Pedro de Toledo	4.508	6.095	6.056	7.782	3,06	0,06	2,31
Registro	15.244	24.281	39.106	48.858	4,77	4,88	2,04
Sete Barras	5.886	9.223	11.277	14.552	4,59	2,03	2,34
TOTAL	105.939	137.893	185.562	226.938	2,67	3,01	1,85

Fonte: IBGE. Sinopse Preliminar do Censo 60⁸. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1970 e 1980. Resultados Preliminares do Censo de 1991.

O crescimento populacional da região foi acompanhado por um processo intenso de urbanização. Dentre os municípios destaca-se Registro com um grau de urbanização de 73,3% em 1980, caracterizando-se como um polo de concentração, basicamente, do setor terciário.

O município de Cananéia cuja população total em 1980 foi uma das menores dentro da RG de Registro (7726 habitantes), obteve um grau de urbanização alto, 74,4%, mas, em termos absolutos,

⁸ Foram utilizados os dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1960, uma vez que esta é a única fonte que apresenta os dados populacionais, desagregados por situação domiciliar.

este crescimento não foi muito significativo.

Como consequência do acelerado ritmo de urbanização da região, a população urbana acabou ultrapassando a população rural. Já o município de Jacupiranga, com uma população urbana de 60,56% apresentou um decréscimo na população rural e um acréscimo, em termos absolutos, de sua população urbana, em 1980, isto porque constituiu-se no centro industrial da região.

Em linhas gerais, estes foram os municípios mais representativos no processo de urbanização. Os municípios de Iguape, Itariri e Juquiá também revelaram graus de urbanização expressivos em 1980. Nos municípios restantes, estas taxas não foram significativas o bastante; o município de Barra do Turvo apresentou o menor grau de urbanização dentro da região (19,9%).

Os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 mostram que, no período 80/91, dos 12 municípios que compõem a RG de Registro, 4 apresentaram acréscimos nas suas taxas de crescimento anuais: Barra do Turvo de 2,07%a.a. para 3,44%a.a.; Eldorado de 0,41%a.a. para 1,35% a.a.; Pedro de Toledo de -0,06%a.a. para 2,31%a.a. e Sete Barras de 2,03%a.a. para 2,34%a.a. Enquanto que os demais apresentaram decréscimos em suas taxas de crescimento, comparadas ao período 70/80. O mesmo decréscimo é constatado no âmbito regional, onde em 70/80 verifica-se uma taxa de crescimento anual de 3,01%a.a. e no período 80/91 passa a ser de 1,85%a.a. (Tabela 3).

Observa-se que, assim como constatado em âmbito estadual, a RG de Registro também apresentou menores taxas de crescimento, particularmente o Município-sede, verificando-se um crescimento maior para alguns municípios do entorno.

COMPONENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

Dentre os componentes do crescimento populacional, o saldo vegetativo (nascimentos menos óbitos) exerceu um peso considerável no crescimento da população da RG de Registro nas décadas de 60/70 e 70/80.

Com efeito, conforme se pode observar através dos dados da Tabela 4, na década de 60/70, o peso do crescimento vegetativo no incremento relativo da população, no início do período, foi de 31,89% ao passo que o componente migratório exerceu um efeito negativo com uma participação da ordem de 1,73%. Na década de 1970/80, porém, já se percebe uma pequena mudança na situação anterior no que tange à migração, que passou a contribuir de forma positiva ao crescimento populacional. Assim, a RG de Registro, que contava na década 1960/70 com um saldo migratório negativo de aproximadamente 1,8 mil pessoas, passou a registrar um saldo de 7,2 mil pessoas na década de setenta.

A análise da dinâmica populacional intra-regional em Registro apontou para comportamentos diferenciados entre os municípios. Em algumas áreas como Cananéia, Eldorado, Itariri, Jacupiranga e Pedro de Toledo a perda de população mostrou-se como característica marcante na década 1960/70. Isto se confirma através do peso relativo da migração na população inicial que oscilou entre -28,90%, em Cananéia, e 1,97%, em Pedro de Toledo. Em contrapartida, em áreas como Sete Barras e Registro a migração exerceu um efeito positivo no crescimento demográfico tendo representado, respectivamente 30,41% e 25,39% da população no início do período. Nos demais municípios observa-se que esta participação foi menos expressiva, variando entre 7,62%, em Iguape, a 0,40%, em Juquiá (Mapa 1).

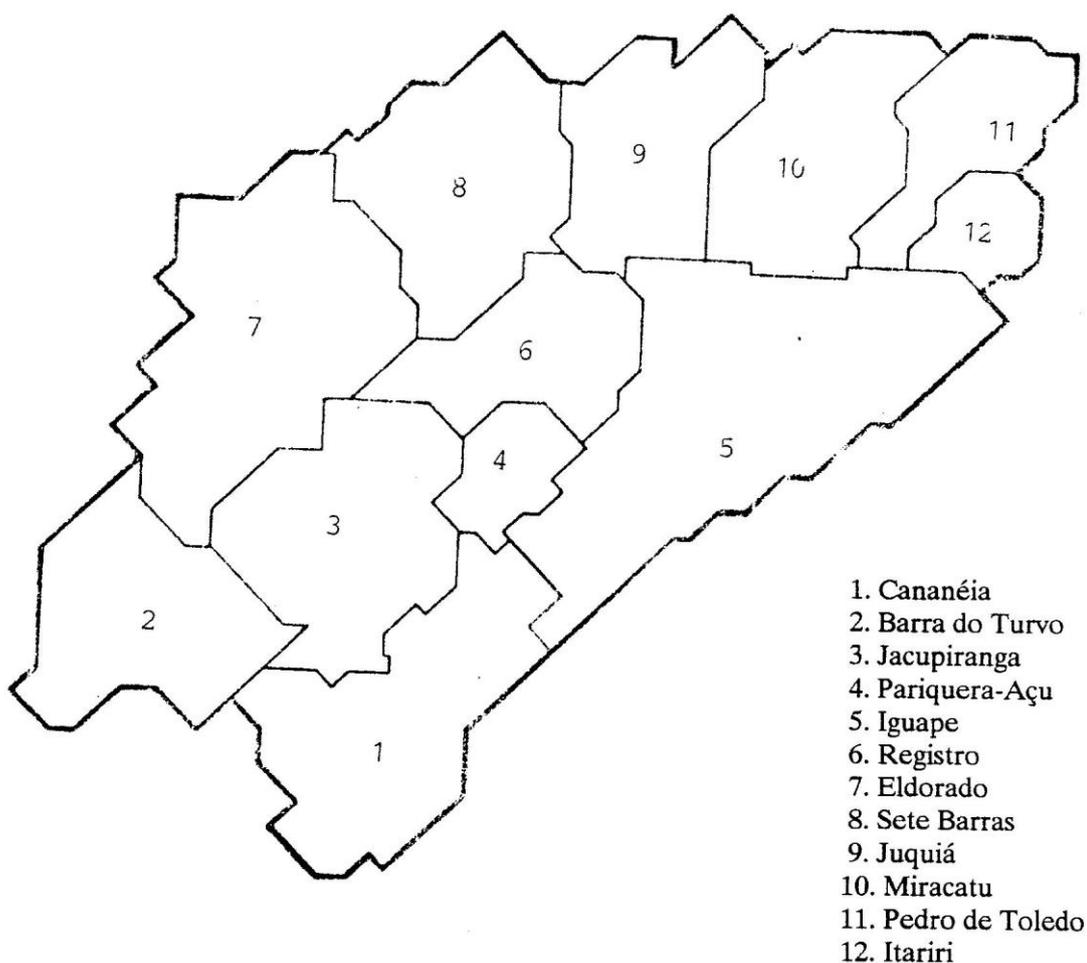
Já na década 70/80, os componentes do crescimento populacional configuraram-se de forma diferente. O saldo vegetativo da RG de Registro, neste período, foi responsável por um acréscimo relativo da população da ordem de 29,28%. Dentre os municípios destacaram-se Jacupiranga, onde o crescimento vegetativo representou 40,16% no crescimento da população inicial e Registro com 37,67%. Estes mesmos municípios apresentaram os saldos migratórios mais elevados, o que se verifica através da análise da participação do componente migratório no acréscimo relativo da população nesta década, de 35,37% e 23,38%, respectivamente. Além de apresentarem os saldos vegetativos mais elevados da região, configuraram-se também como áreas de atração de migrantes: Jacupiranga por contar com um parque industrial mais desenvolvido e Registro por dispor de um setor terciário bastante diversificado atendendo às demandas de todos os municípios da região.

Contrariamente ao período 60/70, a RG de Registro na década de 70 apresentou um saldo migratório positivo de 7,2 mil pessoas, o que implicou numa participação de 5,29% no crescimento relativo populacional da região. Embora este crescimento tenha sido positivo para a região, alguns municípios apresentaram saldos negativos que variaram de 472 pessoas para Sete Barras a 2263 para Eldorado. Nota-se, então, que o crescimento da RG, particularmente o crescimento migratório, deveu-se aos municípios de Jacupiranga e Registro que apresentaram saldos migratórios superiores a 5 mil pessoas, na década 1970/80. O município de Jacupiranga conta com um parque industrial que dispõe de indústrias como a Serrana S.A., de mineração, a Serflora, de reflorestamento, e a Quimbrasil, que produz fertilizantes e adubos. Em Registro, município-sede da região, o setor terciário, ou seja, o comércio e os serviços são mais variados. Associa-se também, a atração deste contingente migratório à oferta de trabalho nestes municípios. Seguem-se os municípios de Barra do Turvo, Cananéia, Iguape e Pariquera-Açu que obtiveram saldos positivos na década 1970/80, porém pouco expressivos.

No período de 1980 a 1991 a RG de Registro apresentou um crescimento absoluto de 41.376

pessoas. Destacam-se Jacupiranga e Registro, que sozinhos contribuíram para o crescimento absoluto total da região com 9.353 e 9.752 pessoas respectivamente, ou seja, 46,17% do total absoluto do crescimento desta região.

MAPA 1 – Divisão Político Administrativa - Região de Governo de Registro



Os cálculos preliminares acerca dos crescimentos vegetativos e migratórios apontam no sentido de uma generalização da expulsão populacional na região, embora a tendência anterior de pequena intensidade migratória ainda se mantenha. A taxa de migração líquida alcançada não superou os 0,6% ao ano.

Quanto ao peso relativo dos componentes do crescimento na população no início do período

(1980) percebe-se que também houve alteração considerável. Com exceção de municípios como Registro, Jacupiranga e Pariquera-Açu, onde, na década de 70, a migração líquida alcançou maiores volumes positivos, nos demais houve um crescimento da participação do componente vegetativo, e o oposto ocorrendo com a migração, que tendeu a representar uma contribuição vegetativa ainda mais expressiva.

TABELA 4- Peso relativo do crescimento demográfico decenal na população do início do período, segundo os seus componentes - Região de Governo de Registro - 1960- 1991

MUNICÍPIOS	CRESCIMENTO RELATIVO								
	1960/70			1970/80			1980/91		
	TOTAL	VEGET. (*)	MIGRAT.	TOTAL	VEGET. (*)	MIGRAT.	TOTAL	VEGET. (*)	MIGRAT.
Barra do Turvo	0.00	0.00	0.00	22.74	17.41	5.33	45.1	33.4	11.7
Cananéia	-12.81	16.09	-28.90	27.07	26.18	0.89	28.2	28.7	-0.5
Eldorado	-1.45	24.13	-25.59	4.20	25.06	-20.87	15.9	29.7	-13.8
Iguape	24.29	16.67	7.62	21.66	19.21	2.45	19.3	21.4	-2.1
Itariri	9.31	34.47	-25.16	29.19	32.40	-3.21	22.6	28.6	-6.0
Jacupiranga	14.88	24.74	-9.85	75.53	40.16	35.37	32.7	34.2	-1.5
Juquiá	31.79	31.39	0.40	19.86	29.65	-9.79	6.5	29.4	-22.8
Miracatu	28.97	27.64	1.33	22.79	24.98	-2.19	9.2	26.1	-16.9
Pariquera-Açu	43.18	124.16	-80.98	44.88	36.57	8.30	16.4	32.2	-15.7
Pedro de Toledo	35.20	37.18	-1.97	-0.64	15.91	-16.55	28.5	21.5	7.0
Registro	59.28	33.90	25.39	64.06	37.67	23.38	24.9	30.6	-5.6
Sete Barras	56.69	26.28	30.41	22.27	27.39	-5.12	29.0	28.0	1.0
TOTAL	30.16	31.89	-1.73	34.57	29.28	5.29	22.3	28.9	-6.6

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1960 a 1970. Fundação SEADE. Arquivo Demográfico.

(*) Dados por ocorrência.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA DÉCADA DE 70

O componente migratório, segundo o Censo de 1980, apresentou na década de 70 uma pequena participação no crescimento populacional da região. De fato, esta região não se caracteriza pela presença marcante de não-naturais em sua população total. Em 1970, na maioria dos municípios, a proporção de não-naturais em relação à população total era insignificante, principalmente, nos municípios de Cananéia, com uma participação de apenas 4,77% de sua população como não-natural; Iguape, com 14,4%; Barra do Turvo, com 17,2% e Eldorado, com 18,8%. Nos demais municípios essa proporção oscilou entre 20% e 45%, sendo que nos municípios de Pedro de Toledo e Itariri esta participação chegou a 50% da população total.

Segundo o Censo de 1980, a proporção de não-naturais na população total continuou sendo baixa na maioria dos municípios, muito embora tenha havido um aumento nessa proporção,

principalmente nos municípios de Cananéia, onde a população não-natural passou a representar 31,14% da população total. Jacupiranga que contava com uma proporção de 24,2% de não-naturais, em 1970, passou para 36% em 1980; Miracatu elevou este percentual de 42,1% em 1970 para 54,4% em 1980; Registro, onde a proporção de não-naturais passou de 34,5% para 41,7%, e, Sete Barras que de 25,1% de não-naturais passou para 38,8%. A elevação na proporção de não-naturais na população nesses municípios, em 1980, reflete a chegada de migrante durante esses anos.

De acordo com os dados censitários, a respeito do tempo de residência dos não-naturais nos municípios, percebe-se que o grande contingente de migrantes chegou a partir da segunda metade de 60, entre 1964 e 1969, aproximadamente.

O Censo de 1970 demonstra através de seus dados, que o município de Registro possuía o maior número de não-naturais residentes, com 8,4 mil pessoas. Os municípios de Miracatu e Juquiá apresentaram 5,9 e 5,5 mil não-naturais, respectivamente, configurando-se como áreas de residência de migrantes. O município de Jacupiranga foi o que recebeu parcela mais significativa de migrantes na segunda metade da década de 60, representando, nos anos de 1964-69, 41,8% do total de não-naturais do município.

O fenômeno anterior se repete, segundo o Censo de 1980, isto é, o maior contingente imigratório chegou, com maior intensidade, na segunda metade da década, destacando-se, novamente, Registro e Jacupiranga, com 4,5 e 3,8 mil pessoas não-naturais, respectivamente, entre 1974 e 1979.

Deve-se observar que entre 1974 e 1980 a maioria dos municípios chegou a obter 50% do total de sua população não-natural, o que significa uma migração recente. No caso de Registro, Itariri, Pariquera-Açu e Eldorado, 50% da população não-natural instalou-se entre, ou anteriormente, a 1970-74, o que indica uma migração mais antiga.

Apesar disso, Registro, Jacupiranga, Juquiá e Miracatu foram os municípios que, no final da década de 70, detinham o maior contingente de não-naturais. O restante dos municípios, embora tenham obtido um acréscimo no seu total de não-naturais em termos absolutos, os números que apresentaram foram insignificantes.

A RG de Registro, embora sendo uma região desfavorecida principalmente quanto à sua infraestrutura, caracterizou-se, na década 70/80, como uma área que recebeu um contingente imigratório de 25.807 pessoas, sendo 15.596 migrantes intra-estaduais, o que corresponde a 60,4% do total do movimento migratório recebido pela RG e 10.211, isto é, 39,6% dos migrantes eram procedentes de outros Estados.

Com relação à origem desses migrantes interestaduais, o Estado de Minas Gerais ocupou o primeiro lugar, aproximadamente 3,1 mil pessoas deslocaram-se de Minas para a RG de Registro na década 1970/80, o que equivale a 31,3% do movimento interestadual da região. Em seguida aparecem os migrantes provindos do Paraná com 2.851 pessoas, 27,92% da migração de outros Estados. Dos Estados da Região Nordeste, Pernambuco destacou-se como procedência de migrantes para a RG de Registro, (1033 pessoas), o que correspondeu a 10,1% do total de migrantes interestaduais na década 1970/80.

Com relação ao fluxo migratório intra-estadual, observa-se através da Tabela 5 que a Região da Grande São Paulo foi a que mais se destacou emitindo para a RG de Registro 8.036 pessoas. Isto representou 51,5% do movimento migratório intra-estadual registrado na região. Da RG de Santos saíram 3.005 pessoas em direção à Registro, isto é, 19,3% do total de migrantes do Estado para a região.

Embora tenha recebido um contingente considerável de migrantes, a RG de Registro também apresentou perda populacional na década 70/80, sendo a maior parte para regiões do próprio Estado⁹. Esta mostrou-se acentuada para a RG de Santos, cerca de 7.375 pessoas, o que corresponde a 28,5% do total de emigrantes. Mas foi sobretudo a Região da Grande São Paulo, a maior receptora dos migrantes oriundos da RG de Registro, atraindo 9.211 pessoas o que corresponde a 35,6% do fluxo emigratório. Além dessas, as demais regiões preferenciais dos emigrantes foram, em geral, aquelas limítrofes como Itapeva, Sorocaba e Itapetininga.

Os deslocamentos intra-regionais na RG de Registro também mostraram-se bastante significativos na década 1970/80: cerca de 15.851 pessoas mudaram de município na região, pelo menos uma vez, neste período. Os municípios de Registro e Jacupiranga apresentaram-se como áreas de atração populacional dentro da RG, certamente, por se constituírem nos maiores centros urbanos da região e oferecerem as melhores oportunidades de trabalho para a população.

No tocante às trocas líquidas populacionais estabelecidas entre os municípios da região, na década 1970/80, o município de Registro recebeu mais de 4,2 mil imigrantes neste período, porém, registrou um total de 2,3 mil emigrantes, resultando um saldo migratório positivo, de quase 2 mil pessoas para esta área. Dentre as trocas mais expressivas, também se sobressai o município de Eldorado que, em função do elevado número de emigrantes apresentado na década 70/80 (cerca de 2

⁹ Com relação aos migrantes, vale salientar que como se utilizou a fita do Estado de São Paulo, não se pode dispor de informações referentes ao destino das pessoas que deixaram a RG de Registro e foram para outros Estados.

mil pessoas) acabou por revelar um saldo migratório negativo, da ordem de 1,5 mil pessoas.

A análise dos dados da Tabela 6 permitem inferir que, dentre os municípios, Registro ganhou população principalmente de Eldorado e Juquiá, 531 e 460 pessoas, respectivamente. Em menor proporção, esta área também obteve ganhos líquidos populacionais nas trocas estabelecidas com outros municípios como Iguape, Itariri, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo e Sete Barras, e perdeu população para Jacupiranga (109 pessoas), e, em menor escala, para Barra do Turvo e Cananéia. O município de Jacupiranga também apresentou um ganho populacional nas trocas estabelecidas com Eldorado (674 pessoas), Barra do Turvo, Cananéia, Juquiá, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras; e perdeu população, em menor proporção, para Pariquera-Açu (234 pessoas), Iguape, Itariri e Miracatu.

A exploração dos dados demográficos, principalmente em relação ao componente migratório, permite caracterizar a RG de Registro como uma área pouco dinâmica e com baixo potencial de atração, mas também que não apresenta um caráter expulsor de população. Embora tenha apresentado uma inversão no seu saldo migratório passando para positivo, na década de 70, este ainda foi muito baixo se comparado à outras regiões mais dinâmicas do Estado de São Paulo. Nesse contexto, a pesquisa de campo, realizada nesta região teve como objetivo levantar elementos que permitissem aprofundar o entendimento desse perfil migratório que a Região de Registro apresentou na década de 70, bem como, inferir sobre as tendências prospectivas da dinâmica econômico-populacional dessa área nos anos oitenta.

TABELA 5 - Imigração e emigração segundo os principais locais de origem e destino dos migrantes 1970/80

REGIÃO DE ORIGEM	IMIGRAÇÃO VALOR DOS FLUXOS		EMIGRAÇÃO VALOR DOS FLUXOS	
	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
Total do Estado de S. Paulo	15.596	60.43	22.860	88.3
Grande São Paulo	8.036	51.53	9.211	35.6
Assis	115	0.74	-	-
Bauru	109	0.70	-	-
Campinas	107	0.69	581	2.2
Itapetininga	460	2.95	638	2.5
Itapeva	660	4.23	749	2.9
Jundiaí	-	-	986	3.8
Limeira	105	0.67	-	-
Ourinhos	107	0.67	-	-
Presidente Prudente	214	1.37	-	-
Santos	3.005	19.27	7.375	28.5
São Carlos	126	0.81	220	0.9
São José dos Campos	-	-	206	0.8
Sorocaba	1.001	6.42	1.432	5.5
Taubaté	112	0.72	233	0.9
Outras RGs	1.439	9.23	1.229	4.7
Total de Outros Estados	10.211	39.57	3.019	11.7
Minas Gerais	3.199	31.33		
Região Nordeste	2.641	25.86		
Pernambuco	1.033	10.12		
Região Sul	3.667	35.91		
Paraná	2.851	27.92		
Outros Estados	704	6.89		
Total (ESP + Outros)	25.807	100.00	25.879	100.00

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico do E.de S.Paulo,1980. Fundação SEADE, 1989.

TABELA 6 - Fluxos migratórios intra-regionais numericamente mais importantes - Região de Governo de Registro - 1970/1980

MUNICÍPIOS	IMIGRANTES			EMIGRANTES		
	MUNICÍPIOS	V.A.	%	MUNICÍPIOS	V.A.	%
Barra do Turvo	Eldorado	26	33.77	Sete Barras	32	13.50
	Jacupiranga	30	38.96	Jacupiranga	177	74.68
	Outros Municípios	21	27.27	Outros Municípios	28	11.81
	Total	77	100.00	Total	237	100.00
Cananéia	Pariquera-Açu	205	44.47	Jacupiranga	194	27.48
	Registro	112	24.30	Pariquera-Açu	291	41.22
	Outros Municípios	142	30.80	Outros Municípios	221	31.30
	Total	461	100.00	Total	706	100.00
Eldorado	Jacupiranga	92	20.04	Jacupiranga	766	37.48
	Sete Barras	140	30.50	Registro	597	29.21
	Outros Municípios	161	35.08	Outros Municípios	681	33.32
	Total	459	100.00	Total	2.044	100.00
Iguape	Pariquera-Açu	191	20.23	Pariquera-Açu	169	13.53
	Registro	165	17.48	Registro	416	33.31
	Outros Municípios	206	21.72	Outros Municípios	664	53.16
	Total	944	100.00	Total	1.249	100.00
Itariri	Miracatu	98	16.33	Miracatu	76	16.70
	Pedro de Toledo	195	32.50	Pedro de Toledo	285	62.64
	Outros Municípios	152	25.33	Outros Municípios	94	20.66
	Total	600	100.00	Total	455	100.00
Jacupiranga	Eldorado	766	26.27	Pariquera-Açu	462	24.91
	Registro	814	27.91	Registro	705	38.01
	Outros Municípios	805	27.61	Outros Municípios	688	37.09
	Total	2.916	100.00	Total	1.855	100.00
Juquiá	Miracatu	307	27.73	Miracatu	730	33.66
	Registro	168	15.18	Registro	628	28.95
	Outros Municípios	489	44.17	Outros Municípios	811	37.39
	Total			Total		

	Total	1.107	100.00	Total	2.169	100.00
MUNICÍPIOS	IMIGRANTES			EMIGRANTES		
	MUNICÍPIOS	V.A.	%	MUNICÍPIOS	V.A.	%
Miracatu	Juquiá	730	43.32	Juquiá	307	24.58
	Pedro de Toledo	2011	12.52	Registro	338	27.06
	Outros Municípios	250	14.84	Outros Municípios	604	48.36
	Total	1.685	100.00	Total	1.249	100.00
Pariquera-Açu	Jacupiranga	462	31.45	Jacupiranga	223	14.98
	Registro	392	26.68	Registro	588	38.63
	Outros Municípios	324	22.06	Outros Municípios	696	45.73
	Total	1.469	100.00	Total	1.522	100.00
Pedro de Toledo	Itariri	285	45.17	Itariri	195	29.73
	Miracatu	125	19.81	Miracatu	211	32.16
	Outros Municípios	221	35.02	Outros Municípios	250	38.11
	Total	631	100.00	Total	656	100.00
Registro	Jacupiranga	705	16.52	Jacupiranga	814	34.77
	Sete Barras	793	18.58	Pariquera-Açu	392	16.74
	Outros Municípios	956	22.40	Outros Municípios	1.135	48.48
	Total	4.267	100.00	Total	2.341	100.00
Sete Barras	Eldorado	372	30.12	Jacupiranga	148	10.42
	Registro	357	28.91	Registro	793	57.97
	Outros Municípios	281	22.75	Outros Municípios	427	31.21
	Total	1.235	100.00	Total	1.368	100.00

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Fundação SEADE, 1989.

PESQUISA DE CAMPO

A Região de Governo de Registro despontou singularmente entre as diversas RGs do Estado sob vários aspectos, como tem demonstrado o estudo sobre os processos migratórios, envolvendo São Paulo como um todo na década de 70.

Nesse sentido, objetivou-se através do trabalho de campo apreender a dinâmica

socioeconômica que envolve a área em questão. Utilizando-se de entrevistas a instituições atuantes no local e entrevistas domiciliares, que envolvem moradores de zonas previamente selecionadas - participantes de tal configuração - buscou-se resgatar o enfoque dado por tais Instituições e indivíduos à Região de Governo de Registro. Este estudo possibilitou, por sua vez, um breve relato sobre as perspectivas futuras, que não só incluem os municípios pertencentes a área de estudo, como também a ação estatal em termos de planos governamentais de desenvolvimento, além de outras.

Cabe ainda apontar que o trabalho de campo foi desenvolvido em Registro, Jacupiranga e Sete Barras, no que se refere às entrevistas institucionais - áreas representativas da dinâmica. As entrevistas domiciliares foram realizadas nos municípios de Jacupiranga, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Iguape e Sete Barras. Através destas entrevistas junto ao migrante foi possível levantar a discussão sobre o processo de ocupação regional. Essas áreas, embora apresentem pequena concentração de migrantes, colocam-se como representativas em termos socioeconômico e ambiental, o que também atende ao objetivo proposto neste estudo.

Nas entrevistas Institucionais foram contatados os seguintes órgãos:

- ✓ Escritório Regional de Planejamento (ERP);
- ✓ Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Sete Barras e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sete Barras;
- ✓ Câmara Municipal de Sete Barras;
- ✓ Fraterno Auxílio Cristão (FAC);
- ✓ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- ✓ Prefeitura Municipal de Registro;
- ✓ Divisão Regional Agrícola (DIRA);
- ✓ Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN);
- ✓ Escritório Regional de Saúde (ERSA);
- ✓ Serrana S.A. de Mineração/Quimbrasil;
- ✓ Prefeitura Municipal de Jacupiranga;
- ✓ Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC)/Registro;
- ✓ Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDEVAL);
- ✓ Fazenda São Carlos em Sete Barras;
- ✓ Prefeitura Municipal de Sete Barras.

Através das entrevistas realizadas e de informações secundárias levantadas, foi possível obter um quadro dos setores econômicos considerados relevantes, da situação sócio-ambiental e da importância do migrante na ocupação e uso do solo regional.

A Região de Governo de Registro - considerada uma das mais carentes do Estado de São Paulo, sobretudo sob o aspecto socioeconômico - ostenta índices consideráveis de pobreza, desnutrição, mortalidade infantil, analfabetismo, evasão escolar, desemprego e conflitos diversos, envolvendo fundamentalmente a questão fundiária. Outro ponto a ser realçado, que por vezes passa a ser impedimento ao desenvolvimento, ou melhor, ao crescimento econômico, é a questão ambiental. Cabe aqui salientar que mais da metade do território é ocupado por parques, reservas, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

A área total dos 12 municípios que compõe a região é de 1.223.800 ha, dos quais 139.182 há, ou seja, 54% pertencem à área cultivada, incluindo-se as pastagens¹⁰. Embora estas ocupem a maior parte da chamada área cultivada, o número de cabeças pela área total de pasto (lotação) é insignificante, ou seja, a pecuária não é relevante para a região (menos de uma cabeça por ha de pasto). Assim, são as culturas da banana e a do chá que efetivamente ocupam o espaço e adquirem a maior importância comercial local. Destacam-se ainda o cultivo do arroz e do feijão e, em alguns locais, o de maracujá. Mais recentemente, foram introduzidos, na Região, os citrus, a seringueira e o cacau. Segundo dados publicados pelo Caderno Agrofolha da FOLHA DE SÃO PAULO, (19/02/91), esta DIRA, apresentou um aumento de 111,05% em área plantada com milho, seguido da banana com 75,66% e 33,27% com reflorestamento.

A teicultura predomina no Município de Registro (92% de toda área plantada no Vale). A bananicultura em Jacupiranga e Eldorado, embora esteja presente em quase todos os municípios da Região. Os citrus são cultivados em Pariquera-Açu, o cacau em Jacupiranga e Eldorado e a seringueira em Jacupiranga. Áreas de pastagem são encontradas também em todos os municípios citados.

A agricultura, embora seja a principal atividade da região, passa por sérias dificuldades de expansão e modernização. A questão fundiária, citada em vários pronunciamentos, parece ser uma das principais causas do atraso nesse setor. A falta de regularização dos títulos de domínio de terras devolutas, além de gerar conflitos, tem desestimulado novos investimentos e mesmo melhorias, impedindo o crescimento econômico da região como um todo. O desenvolvimento econômico-social e populacional da região encontra-se paralisado em função da questão da terra, que envolve não só a falta de títulos para os residentes, mas a contínua e irregular ocupação. De outro lado, toda a área abrangida pelos doze municípios em questão, apresenta somente uma pequena parte apta à

¹⁰ Dados do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), 1987 (levantamento realizado pelo DIRA regional).

agricultura. Esse fato é agravado pelo desconhecimento de técnicas adequadas a exploração agropecuária da área ou pela falta de difusão de tecnologia e inadequação dos sistemas oficiais de crédito agrícola para a população que efetivamente ocupa a região.

Nesse sentido, é relevante a diferenciação entre os grandes e médios produtores da região e os pequenos, tanto em relação ao nível tecnológico utilizado quanto à área ocupada, ao tipo de cultura, aos meios de acesso para o escoamento da produção e comercialização. As melhores terras encontram-se no eixo Juquiá/ Registro/Pariquera-Açu (o centro da região), mas os pequenos produtores localizam-se na chamada periferia da região, que é constituída sobretudo por áreas de proteção ambiental (parques, reservas etc.) e ainda nos piores solos (de acentuada declividade); isto tudo diferencia os produtores e a produção da região e agrava as situações de conflito, regularização, crescimento e modernização, tanto do setor como da região.

A seguir, apresentam-se algumas considerações sobre as principais culturas da área, buscando resgatar, através delas, elementos inseridos na questão populacional, tanto regional quanto municipal.

O chá¹¹ foi introduzido na região pelos japoneses, imigrantes chegados na década de 20 quando Registro apareceu como o maior receptor deste grupo de imigrantes. A partir de 1940, o fluxo de japoneses em direção à região se intensificou, proporcionando, então, uma maior diversificação da agricultura, do crescimento econômico, tornando a área de atração para o setor rural.

De modo geral, as propriedades destinadas ao cultivo do chá são pequenas e médias em área e ocupação de mão-de-obra. Originalmente, o trabalho nessas propriedades era realizado pela unidade familiar e a colheita era manual. Com o crescimento da área cultivada outros trabalhadores foram fixados nos sítios. Posteriormente, a utilização de uma colhedeira movimentada por quatro homens substituiu e dispensou vários trabalhadores, que se encaminharam para os reduzidos setores urbanos ligados à instalação de indústrias de beneficiamento, que substituíram o processo caseiro. Essa movimentação da população pode ser comprovada também, pela existência de casas abandonadas nos sítios.

Hoje, são raros os produtores de chá descendentes de japoneses. Os empregados ligados a essa cultura são mineiros e nordestinos que residem na zona rural.

A mini propriedade, geralmente, utiliza mão-de-obra familiar; a pequena-propriedade, com

¹¹ Trata-se de uma cultura perene cuja a média das plantações fica em torno de 20 a 30 anos. Os brotos são colhidos para o processo industrial que antecede a exportação e o brotamento é manejado mantendo-se o que os produtores chamam de "mesa de colheita em nível", ou seja, o plantio apto para a colheita e um tratamento de adubação adequado.

cerca de 5 alqueires em média, ocupa 3 a 4 pessoas; e a média-propriedade, com 14 alqueires, absorve 10 trabalhadores.

A grande maioria das propriedades são de pequeno porte e, de certa maneira, dependem das indústrias de beneficiamento, que além da compra dos brotos para serem processados para a exportação, fornecem todos os insumos e colhedeiros necessários à manutenção. Por outro lado, embora poucos, os grandes produtores são apontados como detentores de indústrias e das melhores produções.

Para minimizar, ou mesmo sanar, essa dependência houve uma junção das indústrias caseiras em forma de cooperativas. A Cooperativa de Cotia, por exemplo, que reúne micro, pequeno e médio produtor e o cooperado participa do lucro ou do déficit da empresa. A Cooperativa é responsável pelo beneficiamento e exportação a "granel" do produto, efetuando pagamento ao produtor no ato da entrega dos brotos. Ao final da safra é feito um balanço e o saldo positivo, dividido entre os cooperados. Pode-se obter, ainda junto à Cooperativa insumos e assistência técnica.

Mesmo avançando em termos da constituição de comunidades, associações ou cooperativas rurais, os teicultores se defrontam com o baixo preço do produto no mercado, entre outros fatores.

Assim, consta que todas as indústrias de beneficiamento de chá do Vale do Ribeira são responsáveis por, aproximadamente, 0,6% da produção mundial. Além dessa baixa representatividade, a produção local perde em termos de qualidade para os produtos da Indochina. Estima-se, hoje, que não tem havido crescimento significativo em área de plantio e beneficiamento.

Essa colocação aplica-se igualmente a cultura da banana, o principal produto agrícola da região, cultivado em praticamente todos os municípios e de importância econômica na constituição das propriedades. A bananicultura é colocada, em termos de fazendas, em grandes propriedades ao contrário da teicultura. Nesse sentido, buscou-se, em um primeiro momento, contato com a fazenda de São Carlos, no município de Sete Barras, estabelecida neste local a mais de 60 anos pertencente a uma única família, com 130 alqueires de cultura e mais de 80 alqueires, onde predomina o pasto.

A cultura é perene e o trabalhador é fixo, geralmente mora no local. Uma propriedade deste porte emprega 120 famílias e mais 40 prestadores de serviços contratados para condução de veículos e vigilância, por exemplo. Não é exigido prática com o trato da banana, pois são várias as atividades aí desenvolvidas. Se o trabalhador sabe carpir e roçar, é, então, contratado e vai aprendendo o restante com o tempo. Dessa forma o salário depende da atividade junto a cultura. O embalador parece ser o trabalhador que necessita mais treino e experiência; recebe mais e pode trabalhar em fazendas diferentes, mora com mais frequência na área urbana.

O trato é contínuo exigindo a presença do trabalhador o ano todo, 44 horas semanais em média. Somente os homens são contratados, parece que as mulheres não tem condições de suportar este tipo de trabalho. O pagamento é quinzenal, existindo o diarista em época de "pico" e a empreita que consiste basicamente na embalagem da mercadoria. A banana do Vale destina-se, principalmente ao CEASA de São Paulo e de Campinas e à exportação para a Argentina. Quanto ao mercado externo, esta é tida como de baixa qualidade; os produtores atribuem este fato ao descuido no tratamento, transporte e entrega, pois, a banana quando chega ao destino final apresenta-se "machucada". Cabe ressaltar que atualmente o transporte é feito por rodovias que substituíram a balsa e demais embarcações marítimas utilizadas anteriormente.

Reafirma-se, aqui, a presença de trabalhadores vindos de Minas Gerais (que constituem a grande maioria) e do Nordeste, principalmente do Estado da Bahia. No passado existia nas fazendas a "lavoura branca" (arroz, feijão, milho) que foi incorporada à área de plantio da banana, desocupando, assim, a mão-de-obra que utilizava. Dessa forma, a área destinada a cultura da banana, além de não se expandir significativamente em tamanho, produtividade e implementos para a melhoria do produto, reduziu a mão-de-obra, anteriormente, ocupada nas lavouras paralelas. Por fim, cabe apontar que a procura pelo emprego nessas fazendas, frequentemente, é feito, pelo trabalhador com a família presente, pois existe a possibilidade de fixação no local.

Contrastando com a estabilidade existente nas grandes propriedades quanto à produção, assistência técnica e apoio financeiro, coexistem na região a situação do conflito fundiário, a falta de assistência à produção, entre outros elementos relacionados às pequenas propriedades.

No contato com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Sindicato dos Trabalhadores, situado no município de Sete Barras, pode-se constatar esses problemas. Esse sindicato possui 2.800 associados, posseiros na grande maioria, sendo pouquíssimos os arrendatários e meeiros¹².

"... Descobri essas áreas devolutas aqui, confirmei no Patrimônio Imobiliário, também pelo Ministério do Exército, em Brasília, e descobri essa área devoluta e mesmo com essa briga com a Field, nós conseguimos vencer. [...] Veio muita gente. Descobriram transmitindo para os outros. Eu fiz minha posse em 1974. Morava em São Bernardo, mas mantinha a posse com visitas periódicas. Em 1981, mudei com a família e cheguei praticamente com a roupa do corpo. Pra sobreviver, comíamos peixe e banana verde". (S.C., Morador de Sete Barras).

¹² A área enfocada foi o conhecido Vale Formoso constituída por seis bairros e possuindo 7.402 hectares. Terra em conflito, principalmente entre a Fields (empresa) e os posseiros. Inclui terras devolutas, terras pertencentes a APA - Área de Proteção Ambiental -, terras documentadas em décadas atrás, sem documentação, ou mesmo com o chamado documento possessório (entregue a quem se estabelece no local tendo comprado a terra fora do Vale).

Dentro desse último grupo de ocupantes do Vale Formoso destacam-se os migrantes vindos das grandes cidades (São Paulo, principalmente), que habitavam as periferias. São tidos como migrantes que saem dos grandes centros para o interior, fugindo das periferias, da agressividade e da deficiente qualidade de vida, contribuindo para a organização de associações entre os trabalhadores rurais do Vale.

"... Porque achamos que o sitinho aqui era bom, compremo porque era sossegado, sem barulho da cidade, e eu gosto da roça". (L.P.S., Morador de Pariquera-Açu).

"... queria sossegar, a gente não estava mais trabalhando, queria ter um cantinho prá gente. Isso aqui não é meu, é de um filho que está na Suíça, então a gente vendeu o da gente prá educar eles, e agora ele já comprou isso aqui, mas tudo bem, a gente fica até o fim da vida da gente. Sossegada, uma vida mais tranqüila do que a vida de São Paulo. São Paulo é uma correria, você vai de um lado para o outro e, não precisa mais, a gente tá velhinho, os filhos tudo trabalhando". (S.R.N., Morador de Sete Barras).

Estabelecem-se como pequenos produtores, não contando com os mesmos mecanismos de apoio à produção agropecuária que possuem os produtores maiores. Isso se deve a vários fatores e relaciona-se à questão fundiária da região como um todo, conflitante e ainda não resolvida.

"... e eu soube então que dentro de uma fazenda chamada Cooperativa havia uma área devoluta, aí adquiri os direitos possessórios de uma pessoa lá. Depois de ali instalado, ficamos sabendo que havia uma ação de despejo contra 25 famílias da área. Reunimos com essas pessoas e resolvemos fundar uma Associação no mês de outubro de 1985. Em novembro, veio a ordem de despejo e fizemos um movimento para impedi-lo. Tivemos sucesso, conseguimos evitá-lo e a partir daí tivemos a ajuda do Estado e estamos lá até agora". (A.M., pequeno proprietário).

Colocam-se entre as principais dificuldades por eles enfrentadas a falta de apoio financeiro do Governo, visto, sobretudo, que posseiro não consegue financiamento por intermédio de banco, acompanhamento técnico, estradas vicinais para o escoamento da produção, além da presença do atravessador.

Ligados a esses problemas voltados à produção, existem as graves deficiências relacionadas às condições de vida na região como saúde, educação e infraestrutura básica.

As Associações dedicam-se ao aprendizado do trabalhador rural voltado também às realizações comerciais e à comunicação com os demais setores da economia, como por exemplo, as negociações bancárias, entre outras.

"... Acho aqui muito bom, tem muito trabalho só não tem chance de a gente plantar por conta própria. Pretendo voltar para Três Pontes assim que conseguir juntar algum dinheiro e vou trabalhar com hortaliças, arrendando terras". (N.F.S., trabalhador rural).

Não existe, entretanto, uma administração eficiente para a plena realização desse investimento. O Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDEVAL) foi mencionado como órgão estatal que tem trabalhado junto às Associações com esse objetivo.

O CEDEVAL é um órgão da Secretaria da Agricultura vinculado ao gabinete do Secretário. Foi criado há cerca de 12 anos através de um convênio Brasil/Japão com a função de desenvolver tecnologia na produção do arroz irrigado. Este convênio deveu-se, principalmente, à presença da colônia nipônica no Vale e à importância da cultura em décadas passadas. Contudo o projeto foi extinto por volta de 1984, por vários motivos, dentre eles: a tecnologia desenvolvida era inadequada à região, seja pelo tipo de solo e clima seja pelos traços econômicos e culturais da população.

Atualmente, o CEDEVAL vem assessorando os pequenos produtores do Vale, dedicando-se à extensão rural, desenvolvimento econômico, passando pelo associativismo e por técnicas de produção (busca a formação de recursos humanos com cursos de treinamento para a administração rural, contabilidade, comercialização da produção, até cursos de piscicultura, apicultura, criação de aves, horticultura, transformação de alimentos). Finalmente, salienta-se a intenção de promover com esse apoio a fixação do jovem no campo.

Normalmente, os pequenos produtores não utilizam mão-de-obra extrafamiliar, possuem uma diminuta área de plantio e contam com o mutirão mútuo. Some-se a isso, o fato do pequeno produtor prestar serviços nas grandes propriedades para manter seu sustento. Nesse caso, quem se dedica ao plantio da banana, por exemplo, não aplica os tratamentos necessários como adubação, capinagem, desbaste na cultura. Somente colhe e entrega o produto ao atravessador, por isso o produto se caracteriza como de baixa qualidade e rentabilidade.

A zona rural da RG de Registro apresenta-se como predominante quanto à mobilidade populacional, pela possibilidade do migrante se estabelecer como trabalhador nas propriedades de maior porte (variam não só pelo tamanho da área, mas também pelo tipo de cultivo) ou como pequeno produtor. Nesse caso, confronta-se com a questão fundiária emergente.

Exemplifica-se esta colocação com um trecho de uma das entrevistas domiciliares com um migrante nordestino residente em Registro.

"... Tive uma boa oferta de trabalho aqui em Registro, no bairro do Guaviruva, onde morei em uma casa de madeira, cedida pelo patrão, plantando arroz, feijão e milho, como arrendatário. Fiquei durante 10 anos no Guaviruva e depois vim para o local onde estou até hoje [bairro Arapongal], também como arrendatário, plantando verduras e hortaliças". (M.B.S., arrendatário).

Esse fato é confirmado pela pequena oferta de emprego nas zonas urbanas somada às dificuldades de estabelecimento nessa área, devido às deficiências em setores básicos como habitação, por exemplo. Essa pouca oferta de trabalho é agravada pela falta de incremento no setor industrial, na construção civil dentre outros fatores.

Em todas as entrevistas realizadas o migrante de Minas Gerais foi o mais citado em termos da ocupação agrícola seguido pelos nordestinos (principalmente baianos). Os grandes bananicultores mandam buscá-los conforme surge a necessidade de mão-de-obra para o manejo da cultura.

"... Eu já conhecia o "seu Manézinho" [administrador da fazenda Magário] pois ele também é de lá e ele foi nos buscar. Eu vim primeiro e depois mandei buscar a família. ... Aqui a gente ganha mais e tem emprego fixo. Moro aqui em uma casa de blocos cedida pela fazenda". (A.G.P., trabalhador rural da banana).

Segundo dados do Censo Demográfico de 1980, dos 10.211 migrantes vindos de outros Estados da Federação predominam os mineiros, seguidos dos paranaenses e nordestinos. Essa migração parece estabelecer-se, sobretudo, na zona rural. Os migrantes não são distribuídos homogeneamente pela região, configurando-se a seguinte situação. Na parte litorânea de Cananéia e Iguape encontram-se muitos nativos, caiçaras, pescador artesanal. Em outras regiões, como Eldorado, Iporanga, encontram-se ainda áreas chamadas quilombos (comunidades inteiras originárias de quilombos), onde a maioria é de raça negra e falam dialetos distintos, apresentando outros traços culturais. Em outros municípios predominam pessoas oriundas da imigração de décadas anteriores como os poloneses, em Pariquera-Açu e os japoneses, em Registro. Quanto à migração recente, além dos já citados trabalhadores rurais (mineiros e nordestinos) nas áreas de assentamento, observa-se a presença dos paulistas. Os migrantes vindos de São Paulo não se estabeleceram somente na zona urbana como mão-de-obra especializada, mas, também nas áreas rurais, como pequeno produtor agrícola.

Esse movimento ocorrido na década de 70, com maior intensidade nos últimos cinco anos, deveu-se à existência de quatro ou cinco áreas de assentamento, além da Fazenda Val Formoso (em Sete Barras), já mencionada, a Fazenda Vista Grande (em Miracatu); a Fazenda Arataka do Momuna

(em Iguape) e a Fazenda São Paulo (em Pedro de Toledo). Essas são áreas em que o migrante estabelece-se como posseiro, principalmente.

Essa migração é enfatizada na entrevista realizada junto a FAC - Fraterno Auxílio Cristão - entidade filantrópica de atuação regional junto a população rural, conveniada com a LBA e a Secretaria de Planejamento do Estado, no desenvolvimento de projetos que integram os trabalhadores rurais. Segundo depoimento: "*na época de crise, 1983, o que se viu foi a chegada de operários da periferia de São Paulo com família para trabalhos na agricultura, fato ligado ao desemprego na capital.*"

Nesse sentido, quando levantada a questão junto ao Escritório Regional de Planejamento (ERP), ponderou-se: "*o que acontece é que aqui a terra é muito barata atraindo as pessoas, mas também é muito frágil, pobre e irregular, as pessoas se mudam seja pela falta de emprego, seja pela difícil condição de vida de lá*". Cita migrantes originários do ABC paulista, Diadema, ex-trabalhadores da Volkswagen, Ford e outras.

Cabe ainda ressaltar na zona rural da RG de Registro, a ocorrência de doenças endêmicas como a malária, esquistossomose e leishmaniose que se relacionam tanto com a movimentação populacional quanto com a falta de saneamento básico na grande parte do espaço. Entretanto, é preciso apontar o desempenho da SUCEN nesse controle. Quando migrantes são trazidos pelos grandes proprietários, essa Instituição é informada. Mantém-se postos de atendimento rural, além dos contatos feitos pelas escolas. Assim, são realizados exames médicos de controle na população que chega na área.

O setor primário, embora preponderante, não é o único que representa a RG de Registro sob o ponto de vista econômico, social e, pode-se dizer, ambiental. É preciso, também, adentrar nas questões relativas às áreas urbanas para resgatar os demais elementos constitutivos da dinâmica socioeconômica e populacional da área em estudo.

A área urbana de Sete Barras comporta 30% da população total do município (o que a coloca entre os municípios com menor taxa de crescimento de sua população total, 2,03% a.a. em 70/80, quando comparada a outros municípios do Estado de São Paulo que apresentam taxas mais elevadas). Não existem indústrias na cidade e o comércio é pequeno, sendo que grande parte das compras são realizadas em Registro. É denominada "cidade rural"; seu crescimento tem se dado desordenadamente, agravando a questão habitacional, de saúde, educação e saneamento básico, entre outras.

Este fato preocupante foi por várias vezes apontado nas entrevistas institucionais do município, sendo atribuído basicamente a dois fatores: à falta de planejamento na zona rural e à

chegada de pessoas das grandes cidades em busca de assentamento. Segundo a Prefeitura Municipal, é preciso planejar o uso do espaço rural, diversificando as culturas, aumentando a produtividade e fixando o homem no campo, principalmente os mais jovens.

Os baixos salários, mais que a ausência de empregos, fazem de Sete Barras um espaço limitado à absorção de mão-de-obra e fixação de novos habitantes. Há carência de mão-de-obra especializada (a Casa da Agricultura, por exemplo, não conta com agrônomos, técnicos agrícolas e veterinários) e de apoio governamental. Tais problemas parecem ser também característicos dos demais municípios da região.

Quanto ao Município-sede (Registro, situado a 189 Km da Capital do Estado, as margens da BR-116), embora predomine o setor primário, apresenta uma área urbana bastante diferenciada. É sede da maioria dos órgãos públicos estaduais relativos à administração das atividades do Vale do Ribeira.

Como já mencionado, a atividade principal é a agricultura, sobretudo o cultivo da banana e do chá preto, com destino predominante à exportação. Nesse sentido, "*grande parte da produção é isenta de impostos sem retorno em termos de arrecadação para o município*". (M.N.L., Prefeitura Municipal). Assim, a cota-parte do Fundo de Participação do Município vindo do Governo Federal, juntamente com o ICM resultante do comércio, constituem as maiores fontes de renda da área. Essa arrecadação pertence aos demais municípios da região, cuja produção agrícola é voltada para a exportação, sendo, por vezes, agravada quando o setor terciário é pouco desenvolvido.

Pode-se dizer que o setor terciário é desenvolvido em Registro se comparado aos demais municípios pertencentes à área. Contudo, a expansão desse setor em Registro é favorecida pelas necessidades regionais quanto a um centro comercial e prestador de serviços, uma vez que o município desponta como "polo" econômico regional. Salienta-se, por fim, que quando se coloca a questão de empregos urbanos em Registro observa-se a absorção apenas pelo setor terciário e de mão-de-obra especializada. O setor secundário é constituído por pequenas e poucas indústrias voltadas principalmente à produção agrícola, como beneficiamento de chá, purê de banana, entre outras.

Registro tem uma relação direta com os demais municípios, principalmente com os mais próximos: Pariquera-Açu, Jacupiranga, Juquiá. Quando há dispensa de trabalhadores de fábricas de beneficiamento de chá no término da safra (fato de ocorrência normal), estes dirigem-se para essa área em busca de emprego. Da mesma forma, quando ocorre o desemprego em outros locais, em Cajati, por exemplo, o fato se repete. Isso aumenta rapidamente em função das demandas diversificadas criadas pelo próprio espaço urbano. Pode-se considerar que isso venha clarear a

seguinte colocação: "*Registro cresce mais e puxa o resto, porque as cidades não possuem uma fonte local de desenvolvimento*". O município de Jacupiranga é colocado sempre à parte nessa observação, mesmo contribuindo para o aumento populacional da Região de Registro.

Atribui-se a esse crescimento urbano de Registro, o forte êxodo rural ocorrido em toda a região. Outro fator é a demanda de pessoal de nível técnico médio ou superior, que frequentemente são bem instalados no município, na tentativa de suprir a carência existente. Nesse caso coloca-se: "*um dos problemas da área urbana é a falta de emprego e de mão-de-obra especializada*".

"... Porque o Sr. mudou-se de São Paulo para Registro? ... Por opção de trabalho, por oportunidade de trabalho. [...] Em 1983 teve aqui uma enchente, nessa ocasião eu vim por que eles [Secretaria da Saúde] foram lá na Sta. Casa e perguntaram se tinha médico que podia ir lá e ajudar, porque tinha gente que estava ilhada, inclusive foi uma catástrofe, então eu falei: Posso, tudo bem. [...] Foi o meu primeiro contato com Registro, na época da enchente. [...] Aí surgiu um concurso do Governo Estadual para o hospital em Pariqueira-Açu, participei e entrei. Quando eu vim para Registro, eu vim através deste concurso que eu tinha passado. [...] Fiz este concurso porque já conhecia a região, [...] eu vi que tinha oportunidade e que não tinha dermatologista". (A., Hospital de Registro).

Os paulistas são mencionados como mão-de-obra mais especializada. Os órgãos públicos são importantes na absorção do migrante especializado, além da própria demanda criada pelo setor urbano. Portanto, os profissionais liberais são migrantes mais recentes - da década de 1970/80 até o presente - e ocupam, especialmente falando, a região central da cidade. Como exemplo, entre as entrevistas domiciliares tem-se um engenheiro agrônomo proveniente de Santo André e uma secretária de empresa que veio de São Vicente. Nesse caso, os migrantes mais citados são os de origem no próprio Estado, das RGs da Grande São Paulo, Sorocaba, Santos e Piracicaba.

"... É uma região em desenvolvimento, um lugar bom, aonde estão criando alguma coisa. Em uma região como o Vale do Paraíba (onde residia anteriormente) aonde a segurança já não é satisfatória, a sua contribuição é insignificante, e aqui, qualquer coisa que você faça, a sua contribuição é grande. Você curte o seu projeto, consegue enxergar seu desempenho. Aqui é uma região carente de mão-de-obra especializada. Devido às carências as pessoas são unidas". (H., Serrana S.A. de Mineração).

Quanto a emigração de Registro, verifica-se, em primeiro lugar, que grande parte dos jovens, entre 17 e 22 anos aproximadamente, saem para estudar fora da região; em segundo, observa-se a predominância das mesmas regiões promotoras da entrada de pessoal. Portanto, esse movimento realizado no próprio Estado é mencionado como fundamental. Este é o caso de alguns dos migrantes

que retornaram para a região ou que mandaram seus filhos para estudarem na capital.

"... fui em 1980, para Campinas, terminar o colegial, queria sair de Pariqueira, o nível de escola lá é muito melhor. Mas minha ideia foi sempre estudar e voltar para a região. De Campinas voltei para Pariqueira, em 1982 [...] em 1982 iniciei faculdade em São Paulo, morava em república e não trabalhava. [...] Não aguentava mais São Paulo, como surgiu este emprego, mesmo com salário mais baixo, na única empresa aqui no Vale, que poderia trabalhar na minha área, vim pra cá". (L.A.K., Serrana S.A. de Mineração).

"... eu acho que é melhor prá eles porque eles estão estudando, tem emprego e aqui não teriam trabalho. [...] as duas meninas são operárias de metalúrgica e o rapaz trabalha em restaurante. Uma está estudando e os outros pararam. Se aqui tivesse emprego, em indústrias, talvez eles voltassem". (M.B.S., arrendatário).

O Município de Registro é também colocado como um local de passagem de migrantes, pelo fato de estar entre duas importantes capitais. Assim, Curitiba é também considerada como área de destino dessa população em movimento.

"Porque o Vale? Por ser o meio do caminho de residência dos familiares. Parte morava em Curitiba, outra em São Paulo". (A., pequeno proprietário).

Como já mencionado, Registro caracteriza-se como centro populacional, sede administrativa, polo econômico e promotor do crescimento nas atividades ligadas ao setor urbano. Entretanto, não é nesse município que o setor secundário - desencadeador de outras atividades, diversificador em termos ocupacionais e representativo a nível regional - está fortemente estabelecido, mas sim no Distrito de Cajati, pertencente ao município de Jacupiranga.

O Município de Jacupiranga passa a representar o espaço industrial da região com intercâmbio intenso com a sede e outros municípios limítrofes. Também, como Registro, Jacupiranga possui significativo setor urbano em termos de atividades econômicas e setor rural igualmente importante, principalmente, no que se refere ao cultivo da banana.

O desenvolvimento de Jacupiranga deu-se em função da instalação do núcleo industrial composto pela Serrana S/A de Mineração, Quimbrasil, Foz Brasil e Serflora, iniciado em 1942 e responsável por sua maior arrecadação (aproximadamente 70%, de acordo com a entrevista Institucional junto à Prefeitura de Jacupiranga). O município também apresenta-se como área de maior arrecadação frente ao restante da região¹³.

¹³ Essas empresas pertencem ao Grupo Moinho Santista e são bem colocadas em termos de mercado interno.

A Serrana S/A de Mineração, através da extração da rocha fosfática, obtém o fósforo e apatita (que se constituem em matéria-prima para adubo), entre outros produtos, e o calcário, que além de se constituir em corretivo para o solo é utilizado na fabricação de cimento na própria indústria. A apatita é fornecida à Química Industrial Brasileira (Quimbrasil) para a produção do ácido fosfórico utilizado em fertilizantes, alimentação humana e ração animal. A Foz Brasil efetua a purificação do ácido fosfórico, podendo ser então incorporado como conservante em refrigerantes, sucos naturais, doces, entre outras aplicações. Finalmente, cabe à Serflora o reflorestamento de áreas desmatadas para utilização da lenha em várias etapas da produção das indústrias, substituindo o óleo combustível por carvão. Nesse sentido, a Serflora conta com 2500 alqueires reflorestados em volta do Parque.

A Serrana no seu início utilizava com predominância o trabalho braçal, não especializado para a extração da apatita. A partir de 1969, com o aumento e diversificação das atividades, passou a requerer mão-de-obra especializada, de onde participam trabalhadores vindos do Sul (dos três estados) e de São Paulo (das regiões já mencionadas para o setor urbano).

As grandes empresas contam com 3500 empregados, seja de forma direta (registrado e vinculado às indústrias) ou através de prestação de serviços (indiretos). Como existe carência de mão-de-obra especializada, busca-se atraí-la com ofertas de moradia, assistência médica, recreação e transporte. Foi criada também um centro de formação e treinamento técnico voltado às necessidades das empresas.

"... A Serrana está tentando aplicar no potencial do pessoal do Vale. A atividade econômica da Serrana está na atividade secundária. Acredito que tenha planos de diversificar a produção do parque industrial. Atualmente está havendo desenvolvimento de novos produtos". (L.A.K., Serrana S.A. de Mineração).

"... tem décimo terceiro, um abono, tem cesta básica, brinquedo para as crianças, a passagem daqui [Pariquera-Açu, local onde reside] para lá [Cajati] é facilitada prá caramba, mixaria passagem, refeição que eles dão lá, assistência médica, você fica até bobo, tem umas aulas de treinamento que eles dão para os funcionários. Eu já tive duas aulas, chega lá você fica escutando os caras falar o que você tem direito, a gente fica até meio bobo, eu não sabia que um funcionário da Serrana teria tanto direito que nem você tem. Eu trabalho lá vai fazer 10 meses, pelo salário que ganho lá, eu acho que é bom demais, [...]" (C.A.G., Serrana S.A. de Mineração).

Na zona rural de Jacupiranga, salienta-se a presença de grandes bananicultores (com a exportação liberada para a Argentina) e de posseiros, vindos do Norte do Paraná, em pequenas propriedades (localizadas na área de reserva florestal do Parque Estadual de Jacupiranga). Jacupiranga, segundo o Censo de 1980, já aparecia em nível regional como o segundo município em população,

apresentando 60,5% de sua população residindo em áreas urbanas. As maiores deficiências quanto ao atendimento das necessidades básicas da população de Jacupiranga, também estão presentes no seu distrito industrial -Cajati, muito embora as indústrias aí instaladas forneçam assistência aos seus trabalhadores.

A região como um todo passou por um crescimento importante com a construção da BR-116. Embora não tenha havido um crescimento significativo em termos econômicos ou uma melhora em termos sociais quanto à qualidade de vida da população aí estabelecida. Segundo o que se pode resgatar nas entrevistas institucionais, isso ocorrerá quando se procurar uma forma capaz de se resolver o problema fundiário da região.

Segundo depoimento, aproximadamente 70% das terras ocupadas do Vale do Ribeira estão em conflitos entre "vizinhos", seja pela posse ou mesmo áreas de terras devolutas que o Estado ainda não regularizou. Tem-se notícia de vários focos de conflito com mortes. Esse fato liga-se ainda à especulação imobiliária e à "especulação ecológica".

De acordo com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Sete Barras, o trabalhador precisa do documento de terrenos e lotes para desmatar e plantar, com assistência de técnicos do IBDF e IBAMA, entre outros, além de documento para conseguir financiamento bancário. "O processo de transferência de terras devolutas a particulares - já encenado há muito tempo em outras regiões do Estado - continua em aberto no Vale do Ribeira".

Os conflitos, a falta de incentivo à produção agrícola da área, entre outros aspectos, coloca-se como frequente motivo para invasão de parques e reservas florestais, e conseqüentemente comprometendo a fauna e a flora da área. Consta que aproximadamente 60% do território do Vale do Ribeira - área que inclui plenamente a RG em questão - estão incluídos em parques, reservas, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

O Município de Juquiá, por exemplo, tem metade da área protegida pela Área de Proteção Ambiental (APA); Barra do Turvo, mais de 70% de sua área está dentro do Parque Estadual de Jacupiranga; Iporanga, tem boa parcela de sua área no Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira; Sete Barras é área de proteção ambiental e área de zona silvestre, onde parte das terras são ocupadas e parcialmente exploradas. O atual empreendimento de entidades ambientalistas do Estado pela preservação da Mata Atlântica em São Paulo (que contempla a área em estudo) tem apontado a questão ambiental como mais um fator que pertence e, sobretudo, preocupa à região.

Pode-se considerar que no setor primário, o problema fundiário e a questão ambiental são elementos que indiscutivelmente pertencem a todos os municípios que compõem a região. Dessa

forma, está em funcionamento a Associação dos Prefeitos do Vale, onde através do levantamento e discussão dos problemas que afetam a área em estudo pretende-se, nessa união, buscar soluções e lançar propostas que direcionem para o desenvolvimento por eles requeridos. Existe a preocupação em participar das ações direcionadas à região pelo fato de conhecerem e se sentirem afetadas pela ineficiência de várias tentativas anteriores voltadas aos problemas mencionados. Recentemente, houve o Seminário: "Desenvolvimento Sustentado do Vale do Ribeira".

De acordo com as informações do Escritório Regional de Planejamento, vários são os planos de desenvolvimento e preservação voltados à região. Entre eles, pode-se mencionar o recente plano do Governo do Estado que visa a descentralização e criação de polos industriais no Interior, dando prioridade ao Vale do Ribeira com liberação e financiamento a juros reduzidos e longo prazo para pagamento. Ainda com relação a ação estatal, observa-se a intenção de ampliação de estradas vicinais, asfaltamento das existentes e duplicação da BR-116; fatos mencionados por todos como de importância fundamental, tanto na zona urbana como na rural, por estar diretamente ligada ao escoamento da produção e melhoria do acesso aos grandes centros.

Da mesma forma, os municípios consultados incluem, em nível de planejamento urbano, área destinada à instalação de indústrias; mas vale lembrar que são áreas para indústrias sem a preocupação com a infraestrutura para a população que lá residirá.

Não se pode deixar de mencionar que o desenvolvimento, através do incremento no setor secundário, é apontado como importante para o setor urbano e para a população que aí reside, porém incremento às atividades ligadas ao setor primário é realçado como fundamental para os municípios, como encaminhamento para solucionar-se a questão da terra.

Quanto a inserção do migrante na Região, especificamente em Sete Barras, este é considerado fundamental, pois pode tornar-se o pequeno produtor, pequeno industrial e comerciante, adquirindo propriedade no Vale, com maiores facilidades que em outros locais. Em Registro e Jacupiranga o migrante pode criar novos estabelecimentos no setor terciário, como comércio ou prestação de serviços (dentista, médico, advogado, entre outros), sendo considerado da mesma forma impulsionador do desenvolvimento regional. Assim, o migrante é concebido como mão-de-obra agrícola ou pequeno proprietário na zona rural, como mão-de-obra especializada e também proprietário de novos estabelecimentos, no setor urbano.

Pode-se constar que na Região não ocorre migração sazonal, assim como, praticamente, não existem trabalhadores volantes na área, uma vez que tratam-se de as culturas predominantemente perenes, fixando a mão-de-obra necessária no local de trabalho. Isso não significa que seja uma

população grande e estável, uma vez que como colocado, a exigência de mão-de-obra tanto da teicultura como da bananicultura é pequena. Entretanto, aponta-se que ocorre uma movimentação considerável nas áreas rurais, especialmente as relativas ao plantio da banana, sendo que os trabalhadores se locomovem entre as propriedades em busca de melhores salários, entre outros fatores.

Com relação ao setor urbano, parece predominar atualmente a migração intra-regional e pendular devido ao crescimento de certas áreas urbanas como Registro e Cajati. Cabe ressaltar que essa migração já estava fortemente presente na década passada, acentuando-se entre áreas próximas à sede regional.

Quanto à migração proveniente do próprio Estado são citadas as regiões da Grande São Paulo, Sorocaba, Santos e Piracicaba como as mais importantes com relação a entrada nos municípios considerados, ou melhor, quanto aos setores urbanos mais fortes em termos de oferta e absorção de mão-de-obra, sobretudo especializada. Quanto à saída, sobressaem-se a Grande São Paulo e Curitiba, sendo que em vários momentos os migrantes são apontados como "aventureiros" que estariam no local, de passagem para o sul do país. Nesse caso, são incluídos os migrantes vindos de outros Estados - Minas Gerais e Bahia, sobretudo - que frequentemente são mencionados com relação ao trabalho no setor primário.

Do ponto de vista dos agentes institucionais, pode-se colocar que a região atualmente é vista ou concebida como área propícia a investimentos nos setores econômicos. Somando-se as possíveis ações voltadas à solução dos emergentes problemas que a atinge, poderá tornar-se uma área também apta à retenção e atração populacional.

No caso do setor primário, a modernização da agricultura beneficiaria o cultivo e a produção de banana para maior qualidade na exportação, principalmente para os países europeus. Além disso, a diversificação agrícola, introduzidos recentemente na área, com assistência técnica adequada, levaria a um maior desenvolvimento da região "[...] *tem-se que desenvolver o Vale plantando, fazendo plantio a curto, médio e longo prazo*" (ERP). Nesse contexto, inclui-se a grande preocupação com a questão fundiária no que diz respeito à ocupação de áreas de preservação ambiental.

Quanto ao setor secundário, todos os municípios, nos atuais encontros da Associação dos Prefeitos, colocam a existência de uma área destinada a instalação do setor industrial, caso ocorra investimento através de projeto estadual ou interesse de algum grupo em particular. Nesse sentido, esta Associação pensa na necessidade também de se investir na infraestrutura básica para a instalação do setor secundário na região.

A ocorrência da ampliação dos meios de acesso por terra na região, com asfaltamento de pistas já existentes, novas ligações nas áreas de plantio, duplicação da BR-116, além de outros investimentos no que se refere principalmente ao escoamento da produção da região, também pertencem aos planos de desenvolvimento regional.

O crescimento verificado em termos populacionais ocorreu, sobretudo nas áreas urbanas de alguns municípios, como Registro e Jacupiranga; com a diversidade das atividades no setor terciário nesse espaço; com o aumento do núcleo empresarial, no caso de Cajati; e com a retenção de parte dos migrantes vindos em décadas anteriores pelo setor rural, trabalhando como mão-de-obra fixa e instalada nas propriedades. Ainda ressalta-se que as deficiências nos setores de assistência às necessidades básicas da população da RG de Registro, colocadas frente ao crescimento regional como um todo, são atribuídos sobretudo à falta de recursos municipais. Entre elas, destacam-se habitação, saúde, educação e, principalmente, saneamento básico, tanto na zona urbana como na zona rural.

Essas carências, principalmente, as de infraestrutura, voltam-se como empecilho ao crescimento e diversificação das atividades do setor urbano, onde o aumento a população é constatado pelo surgimento ou ampliação das periferias, de bairros populosos e não atendidos pelas necessidades básicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região de Governo de Registro não se caracterizou como área expulsora de população frente aos processos migratórios paulistas na década de 70. Esta Região, de atividade agropecuária predominante, vem passando por sérias dificuldades de expansão e modernização; não tem contado com incentivos e investimentos nesse setor como outras RGs do Estado.

A atividade secundária encontra-se incipiente, relacionando-se, basicamente, ao uso e a extração de recursos naturais existentes na área. O setor terciário limita-se ao indispensável para atender as demandas das atividades mencionadas anteriormente.

Não se pode ainda diante desse quadro, concebê-la como área de atração populacional. A mobilidade regional dessa população relaciona-se, entre outros fatores, com a forma de sua inserção nas atividades, visto que as necessidades básicas e a permanência no local, por vezes, não constituem elementos impeditivos à entrada e à saída da pequena população residente na região.

Alia-se aos aspectos socioeconômicos apresentados, a questão da preservação da porção restante da Mata Atlântica do Estado de São Paulo, sendo boa parcela dessa Região protegida por parques, reservas e APAs. Nesse sentido, toda análise regional deve abarcar o componente socioambiental, visto que a RG de Registro não é só considerada área que ostenta altos índices de pobreza, mas também associada a isso, comporta toda uma problemática de ocupação referente ao uso do solo e a questão fundiária, ressaltando-se a preservação ambiental.

Diante do enfoque dado a área, principalmente devido à questão da preservação ambiental e da crescente mobilização em termos regionais sob o problema fundiário, entre outros elementos aqui levantados, a RG de Registro não pode ser considerada como área de expulsão acentuada de população, mas, sim, como uma região onde o componente migratório foi, e tem sido, pouco importante na dinâmica demográfica. Um certo equilíbrio entre entradas e saídas de pessoas, provavelmente, obedece a um processo contínuo de circulação e substituição de população.

Não se pode perder de vista que esta Região de Governo, além de seus problemas socioeconômicos bastante sérios, tem sempre a frente uma questão crucial e que se refere à necessidade de equacionar a relação entre ocupação e expansão espacial e preservação do meio-ambiente.

REFERÊNCIAS

CANO, W. (coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988. (Coleção Economia-Paulista).

CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Processos migratórios: uma perspectiva regional. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 3, n. 3, 1989.

Fundação SEADE. **Informe Demográfico 23**. São Paulo, SP, 1990.

_____. **Análise demográfica regional**. São Paulo, SP, 1986.